

## Quem disse ?

«Sem a Cultura, a política não seria mais do que uma pura técnica de conquistar e manter o poder pelo poder»

**Jorge Sampaio**  
Diário de Notícias,  
6 de Novembro



Director António José Seguro • Director-adjunto José Manuel Viegas  
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Promulgação LPM

### Sampaio garante legalidade

Jorge Sampaio não pactua com mentiras, nem coloca a sua condição de socialista à frente do da chefia do Estado português. O Presidente veio a público, dia 5, no Palácio de Belém, para pôr cobro à polémica sobre a alegada inconstitucionalidade da promulgação da Lei de Programação Militar (LPM), rejeitando as acusações do líder laranja Durão Barroso e do ex-conselheiro de Estado Marcelo Rebelo de Sousa.

Sampaio afirmou que a lei que define o reequipamento das Forças Armadas foi «regularmente aprovada e promulgada», acrescentando não ter praticado qualquer inconstitucionalidade e ter agido de boa-fé.

O chefe de Estado reiterou que «nenhum grupo de deputados requereu ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva da LPM».

Respondendo directamente às acusações que lhe foram feitas, Sampaio frisou que «não pode confundir-se a crítica e o controlo entre os órgãos políticos com a instauração de um clima de suspeição e conflito artificial».

Perante a polémica, as bancadas parlamentares assumiram a seguinte postura: o PS manifestou a sua «total solidariedade» com a opção presidencial; o CDS/PP acusou o PSD de promover «uma conflitualidade injusta para com o chefe de Estado»; os comunistas disseram que «as regras têm que ser seguidas como sempre foram» e o Bloco de Esquerda acusou Rebelo de Sousa de querer fazer um conflito com Barroso, «tendo o País como cenário».

Entretanto, no dia 6, a conferência de líderes parlamentares repudiou por unanimidade, o que consideram serem ataques ao Parlamento na sequência da polémica em torno da votação e promulgação LPM e decidiu avançar com o sistema de voto electrónico, com introdução prevista para Janeiro.

## Guterres apresenta na Assembleia da República

# BOM ORÇAMENTO PARA FAMÍLIAS E EMPRESAS



O primeiro-ministro, António Guterres, apresentou no dia 7, na Assembleia da República, o Orçamento de Estado (OE) para 2002, um documento «pela confiança e contra a resignação», que tem como objectivos centrais o reforço da competitividade das empresas e o incremento do bem-estar das famílias, num período marcado por tão grande incerteza no plano internacional. No debate na generalidade das GOP e do OE-2002, à forte vontade política de inconformismo, determinação e confiança demonstradas pelo primeiro-ministro, contrapôs a oposição um deserto de ideias e falta de sentido de Estado, em especial o PSD, com Durão Barroso, mais uma vez, num esforço desesperado para se impor aos seus correligionários como líder.

## União Europeia

### Conferência Euro-Mediterrânica Unidos pela paz no Médio Oriente



A paz no Médio Oriente e a luta antiterrorista foram os temas dominantes do encontro de dois dias (5 e 6 de Novembro) realizado em Bruxelas, entre os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia (UE) e dos países do Sul do Mediterrâneo, sob o pano de fundo do descontentamento de vários Estados-membros, incluindo Portugal, com a iniciativa de Tony Blair de convidar alguns parceiros europeus para um jantar informal, em Londres, com vista a debater a crise.

## Sociedade & País

### Sampaio considera Combate ao terrorismo requer cooperação internacional



A resposta ao terrorismo tem «várias frentes» e «precisa urgentemente de uma acrescida cooperação internacional», afirmou no dia 5, no Porto, o Presidente da República. «Não podemos sucumbir aos ataques que temos sofrido, directa ou indirectamente, temos de perceber que o mundo é muito mais difícil e exigente», afirmou Jorge Sampaio na abertura da 38ª Sessão Internacional do Parlamento Europeu dos Jovens (PEJ).



## Um Orçamento contra a resignação

O primeiro-ministro, António Guterres afirmou ontem que, de todos os orçamentos de Estado que apresentou, este é o «mais claramente sustentado por uma fortíssima vontade política de inconformismo e determinação».

Guterres, que falava na Assembleia da República, durante o debate na generalidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento de Estado para 2002, salientou que este «é um Orçamento pela confiança e contra a resignação», sustentando a sua afirmação com a concentração de esforços no investimento.

O investimento é o principal factor de criação de riqueza e de emprego. A mais forte alavanca para o crescimento económico, referiu adiantando que o volume global do investimento público e de interesse público atingirá em 2002 o valor de 1.825 milhões de contos, num impulso sem precedentes à nossa economia. A contribuição do Orçamento para o PIDDAC aumenta 7,5 por cento em relação ao orçamentado para 2001 e 16 por cento face à estimativa de execução. A execução desta diferença é fácil: 2002 será o primeiro ano a decorrer integralmente em velocidade de cruzeiro no actual Quadro Comunitário de Apoio. Falando de factos concretos, Guterres especificou que já em «2002 estarão em obra 515 km de auto-estrada com relevo para o interior. Mais 530 km foram já concessionados, para construção nos anos seguintes. Também em 2002 teremos em estaleiro 52 novos km de linhas de metropolitano e, em construção, renovação ou electrificação, 515 km de via férrea». Pondo a tónica na importância do investimento devido ao abrandamento da economia, o primeiro-ministro mostrou estar bem consciente da importância da aprovação do actual OE, referindo que «temos as políticas, temos os meios e estamos a executar: em 13 meses de trabalho aprovámos já projectos correspondentes a um terço dos apoios comunitários destinados a Portugal até 2006».

Por isso, avisou que aprovar ou rejeitar um Orçamento do Estado é uma questão política, mas tem também consequências práticas. Quando se combate o abrandamento da economia e se aceleram os investimentos do III Quadro Comunitário de Apoio, a rejeição do Orçamento de Estado implica necessariamente uma travagem forçada, disse alertando as oposições para as respectivas consequências no emprego e nos riscos de perda de Fundos Comunitários.



## QUANDO NÃO HAVIA «TERCEIRAS VIAS»

No tempo em que não havia «terceiras vias», Mário Soares e Felipe González, duas personalidades de referência do socialismo democrático, na altura, respectivamente, chefes do Governo de Portugal e Espanha, iam realizar uma cimeira ibérica, agendada para a residência oficial do primeiro-ministro português, em São Bento.

Como noticiava o «Acção Socialista», que dava uma completa antevisão da cimeira, estava prevista a assinatura de protocolos em diversas áreas e ainda uma declaração final conjunta.

Algumas medidas do Governo do Bloco Central em vários domínios, tendo como pano de fundo o combate à grave crise económica que assolava o país, a intensa actividade das estruturas do PS de norte a sul do país, as intervenções dos deputados do PS na Assembleia da República, artigos de opinião, as realizações dos autarcas socialistas, completavam a edição de 10 de Novembro de 1983 do órgão oficial do PS.

J. C. C. B.

10 de Novembro

Quem disse?

«O que a Europa não pode aceitar é o desarmamento unilateral»

Acácio Barreiros



## Confiança no euro Portugueses bem informados

A maioria dos portugueses considera-se bem informada sobre a introdução do euro e espera que não provoque um aumento do custo de vida, revela uma sondagem cujos resultados foram publicados, no dia 2, pelo «Diário de Notícias».

Por comparação com os resultados de trabalho idêntico realizado em Julho, verifica-se um aumento de 40,3 para 46,8 na percentagem dos que pensam que a entrada do euro não vai provocar um aumento dos preços.

No entanto, continua a ser significativa a percentagem (40,8 por cento) dos que contam com um aumento no custo de vida. Os homens, e por diferença considerável (56,2 por cento contra 36,5 por cento), são

os que se consideram melhor informados sobre a moeda única.

As mulheres são quem manifesta maior preocupação, já que 44,3 por cento (contra 37 por cento dos homens) acreditam no encarecimento do custo de vida devida à substituição do escudo pelo euro.

É no Litoral Centro que é mais alta a percentagem dos considerados mais bem informados (49,2 por cento), enquanto no Sul que são em percentagem igual (38,3 por cento) as pessoas que se dizem muito e pouco informadas.

Estes dados são revelados pelo barómetro DN/TSF/Marketest, através de uma sondagem telefónica efectuada entre os dias 15 e 21 de Outubro no Continente.

## Investigação Bruxelas pretende fundo para financiar urgências científicas

Os ministros da Investigação da UE, reunidos no dia 30, no Luxemburgo, propuseram destinar cerca de 10 por cento do orçamento do VI Programa Quadro (2002-2006) para um fundo destinado a situações de emergência, como a doença das vacas loucas ou a ameaça do anthrax.

O secretário de Estado da Ciência e da Tecnologia espanhol, Ramon Marimon, que dirigiu os trabalhos da delegação deste país, disse que Madrid «considera fundamental» contar com um fundo capaz de financiar situações de emergência. Um tal fundo seria subtraído a cada uma das sete áreas científicas prioritárias propostas por Bruxelas no Programa Quadro, que conta com um orçamento total de 17.500 milhões de euros.

As áreas prioritárias identificadas no

documento são o genoma e a biotecnologia (2000 milhões), sociedade da informação (3600 milhões) nanotecnologia e materiais inteligentes (1300 milhões), aeronáutica e espaço (1000 milhões), segurança alimentar e riscos para a saúde (600 milhões), mudanças climáticas e tecnologias limpas (1700 milhões) e sociedade do conhecimento (225 milhões de euros). Bruxelas prevê ainda investir 3.000 milhões de euros na estruturação do «espaço europeu de investigação», com o objectivo de atrair cientistas de todo o mundo e evitar a fuga de cérebros.

Prevê igualmente conceder cerca de 1.250 milhões de euros ao sector nuclear (tratamento de resíduos radioactivos, segurança nuclear, protecção radiológica de trabalhadores e fusão nuclear).

## Açores Carlos César «político do ano» para a revista «Saber»

O chefe do Executivo açoriano, o socialista Carlos César, é distinguido sábado com o galardão de «político do ano» de 2001 da revista «Saber Açores». A revista justificou a atribuição da distinção a Carlos César com a iniciativa de celebração nos Estados Unidos do «Dia dos Açores» e pela estratégia do governante açoriano em matéria de revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

No espectáculo de atribuição de prémios participam os grupos madeirenses Banda D'Além-Mar e Tony Cruz e a tuna masculina da Universidade dos Açores, Os Tunideos.

## Guterres acusa Cavaco de se ter tornado «profeta da desgraça»

O primeiro-ministro, António Guterres, acusou o ex-chefe do Governo Cavaco Silva de se ter transformado numa «espécie de profeta da desgraça, desde que perdeu as eleições».

«O dr. Cavaco Silva está zangado com o país desde que perdeu as eleições e isso tornou-o numa espécie de profeta da desgraça», afirmou no dia 31 António Guterres, quando instado a comentar as críticas de Cavaco Silva à actuação económica do Governo, numa entrevista à TSF.

Guterres, que falava em Belém no final da audiência semanal com o Presidente da República, disse ainda que «o crescimento dos últimos seis meses mostra que o país não precisa de profecias».

## ORÇAMENTO BOM PARA AS FAMÍLIAS E EMPRESAS

O primeiro-ministro, António Guterres, apresentou no dia 7, na Assembleia da República, o Orçamento de Estado (OE) para 2002, um documento «pela confiança e contra a resignação», que tem como objectivos centrais o reforço da competitividade das empresas e o incremento do bem-estar das famílias, num período marcado por tão grande incerteza no plano internacional. No debate na generalidade das GOP e do OE-2002, à forte vontade política de inconformismo, determinação e confiança demonstradas pelo primeiro-ministro, contrapôs a oposição um deserto de ideias e falta de sentido de Estado, em especial o PSD, com Durão Barroso, mais uma vez, num esforço desesperado para se impor aos seus correligionários como líder.

**R**corde-se, a propósito, que esta posição da oposição contrasta em absoluto com a disponibilidade demonstrada desde Julho por António Guterres para discutir o OE com todos os partidos políticos. No entanto, registe-se, nenhum partido da oposição mostrou vontade de negociar a proposta com o Governo, escudando-se em críticas, na maior parte inconsequentes, e sem apresentarem alternativas credíveis e sustentadas.

«De todos os que apresentei, este é o Orçamento de Estado mais claramente sustentado por uma fortíssima vontade política de inconformismo e determinação. Porque nunca o fiz em período de tão grande incerteza na situação internacional, particularmente relevante para um pequeno país de economia aberta», começou por afirmar António Guterres.

Num discurso ilustrado com factos e números e no qual a confiança e a determinação foram as notas dominantes, em pleno contraste com o derrotismo da oposição, Guterres recordou que «as crises internacionais sempre tiveram um efeito amplificado em Portugal», acrescentando: «Queremos quebrar essa tradição. Queremos atenuar o seu impacto na criação de riqueza, no emprego e no rendimento disponível das famílias, mas no apelo à responsabilidade e ao realismo».

«Não estamos resignados. Porque acreditamos em Portugal, porque confiamos na capacidade dos portugueses e queremos que os portugueses confiem no futuro da economia. Queremos que a nossa determinação seja um factor decisivo para a confiança de todos», disse, adiantando que «este é um Orçamento pela confiança e contra a resignação».



Neste contexto, sublinhou que «o primeiro e mais decisivo sinal de inconformismo está no investimento», adiantando que «num momento particularmente agudo de escassez de recursos, concentrámos um dos mais significativos esforços de sempre no aumento do investimento». Depois de apresentar números impressionantes sobre investimento, Guterres salientou que «mais importante do que os números são as realidades que eles traduzem», ou seja, «realidades que reforçam a competitividade das empresas e o bem-estar das famílias».

Segundo explicou o primeiro-ministro, «este Orçamento maximiza os sacrifícios pedidos ao Estado, para que possa ser um Orçamento bom para as famílias, bom para as empresas, um Orçamento bom para os portugueses».

«Limitar as despesas correntes sim, mas na fidelidade à nossa consciência social, mais importante ainda em períodos de dificuldade», disse.

«Em 1995, ao chegar ao Governo – lembrou – deparei-me com um valor da despesa social, em percentagem da despesa pública total, de apenas 46,5%. Seis anos de acção governativa e a despesa social atinge, no Orçamento de Estado para 2002, 57,3% do total.»

Este Orçamento, no quadro da reforma da Segurança Social, referiu Guterres, «elimina

todas as dúvidas sobre a sustentação, no século XXI, do pagamento das pensões aos reformados actuais e futuros e permite ainda dar um novo impulso à Reforma do Serviço Nacional de Saúde».

Guterres sublinhou que o OE «dá também novos passos significativos na justiça, na competitividade e no combate à fraude e evasão fiscais».

Por outro lado, referiu que este debate orçamental «ocorre em circunstâncias embaraçosas para a oposição em geral, mas para o principal partido da oposição em particular».

### PSD engana-se

Segundo o chefe do Governo, «o PSD preparou este debate como quem prepara um filme, para o qual escreve afanosamente um argumento. Só que o PSD se enganou e, no final, o argumento não corresponde ao filme».

Para o PSD, referiu, «este deveria ser o Orçamento de um País supostamente a crescer acentuadamente menos do que a média europeia, desde há um ano e meio. O PSD enganou-se».

«Falhou a previsão. É já hoje certo que Portugal não esteve nem está a divergir da média europeia», disse.

Segundo Guterres, «quanto mais o PSD reclama o chumbo do Orçamento, a abertura

de uma crise política e a realização de eleições antecipadas, mais a opinião pública pretende ver o Orçamento aprovado, a estabilidade política garantida e as eleições realizadas em 2003 na data prevista».

Salientando que «estamos a reduzir progressivamente o nosso défice externo, enfrentando em simultâneo uma situação internacional delicadíssima sem que até agora tenhamos perdido terreno», Guterres disse ser necessário «fazer tudo para que tal prosiga no futuro próximo».

Daí, adiantou, «a importância deste Orçamento, do investimento que ele impulsiona e da confiança que ele deve gerar».

«É evidente que, com o evoluir da situação internacional desde 11 de Setembro, vivemos num quadro de grande incerteza que torna particularmente vulnerável a capacidade de prever o futuro», disse.

«Desde Julho que me empenhei pessoalmente para que a aprovação deste Orçamento pudesse reunir um consenso parlamentar tão amplo quanto possível. Foi de forma determinada e aberta e terá de reconhecer-se que o Orçamento contempla orientações e propostas que coincidem com diversas preocupações expressas pelos vários partidos da oposição», afirmou o chefe do Governo.

Salientou que, «no quadro de incerteza gerado por uma grave crise política internacional, com as consequências sobre a economia mundial dos ataques e ameaças terroristas e das acções militares necessárias para os combater, é fundamental restabelecer a confiança».

Por isso, segundo afirmou, «tão importante como fazer aprovar o Orçamento tem sido trabalhar para a sua máxima base possível de apoio parlamentar, num quadro de tranquilidade política, geradora de confiança na sociedade».

«Não me preocupa a sobrevivência do Governo. Preocupa-me sim, a capacidade do país para enfrentar, com êxito, o enorme desafio que tem pela frente. E isso exige um grande sentido de responsabilidade colectiva», referiu.

Por isso, «deliberadamente, recusei e recuso o dramatismo do espectáculo mediático ou a chantagem política sobre as oposições, que a crise internacional poderia legitimar».

«Somos uma democracia adulta e consolidada. Todos conhecem a realidade e, seguramente, todos terão consciência das respectivas responsabilidades. Por isso vos digo com a serena tranquilidade de que o país precisa: estamos aqui para assumir plenamente as nossas responsabilidades», disse.

«Estou certo que as oposições sabem perfeitamente o que está em causa neste momento. É a elas que compete assumir também as suas próprias responsabilidades. Os portugueses a todos nos julgarão», sublinhou. **J. C. CASTELO BRANCO**



## DEBATE NA GENERALIDADE DAS GOP E DO OE PARA 2002

**D**e todos os que apresentei, este é o Orçamento de Estado mais claramente sustentado por uma fortíssima vontade política de inconformismo e determinação. Porque nunca o fiz em período de tão grande incerteza na situação internacional, particularmente relevante para um pequeno país de economia aberta.

As crises internacionais sempre tiveram um efeito amplificado em Portugal. Queremos quebrar essa tradição. Queremos atenuar o seu impacto na criação de riqueza, no emprego e no rendimento disponível das famílias, mas no apelo à responsabilidade e ao realismo.

Não estamos resignados. Porque acreditamos em Portugal, porque confiamos na capacidade dos portugueses e queremos que os portugueses confiem no futuro da economia. Queremos que a nossa determinação seja um factor decisivo para a confiança de todos.

Este é um Orçamento pela confiança e contra a resignação. O primeiro e mais decisivo sinal de inconformismo está no investimento. Num momento particularmente agudo de escassez de recursos, concentrámos um dos mais significativos esforços de sempre no aumento do investimento.

O investimento é o principal factor de criação de riqueza e de emprego. A mais forte alavanca para o crescimento económico. O volume global do investimento público e de interesse público atingirá em 2002 o valor de 1.825 milhões de contos, num impulso sem precedentes à nossa economia.

A contribuição do Orçamento para o PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central -, aumenta 7,5% em relação ao orçamentado para 2001 e 16% face à estimativa de execução. A explicação desta diferença é fácil: 2002 será o primeiro ano a decorrer integralmente em velocidade de cruzeiro no actual Quadro Comunitário de Apoio.

Mais importante do que os números são as realidades que eles traduzem. Realidades que reforçam a competitividade das empresas e o bem-estar das famílias. Vamos aos factos.

Aprovámos já, no Programa Operacional de Economia, investimentos da ordem dos 600 milhões de contos, como forte impulso ao dinamismo do sector privado.

Em 2002 estarão em obra 515 Km de auto-estrada com relevo para o interior. Mais 530 Km foram já concessionados, para construção nos anos seguintes. Em 2002 teremos em estaleiro 52 novos Km de linhas de metropolitano e, em construção, renovação ou electrificação, 515 Km de via férrea.

As parcerias com o sector privado na construção de auto-estradas permitiram dar ao PIDDAC do Ministério do Equipamento Social uma forte prioridade estratégica à



ferrovia: 47% do total. Mais de 250 milhões de contos de investimento. Um impulso decisivo aos Metros do Porto, Lisboa, Sul do Tejo e do Mondego, aos transportes ferroviários suburbanos das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e à modernização das linhas do Norte, da Beira Baixa e do Algarve.

Este ano ficarão desactivadas todas as lixeiras de resíduos sólidos urbanos. Em 2002 estarão em construção 17 sistemas multimunicipais de abastecimento de água e tratamento de efluentes, abrangendo 80% da população. Identicamente teremos em obra 95 edifícios escolares, do ensino básico e secundário, sem contar com o pré-escolar e o superior. O mesmo se pode dizer de 190 Centros de Saúde e 636 equipamentos de solidariedade social.

Muito significativa é também a preocupação de justiça na distribuição regional do investimento público. A faixa Braga-Setúbal corresponde um valor do PIDDAC por habitante de 101,4 contos. Ao resto do país, o interior, 133,5 contos. Ao contrário de 1995, com 26,2 contos por habitante para a zona mais desenvolvida e apenas 22,3 para o resto.

Tão ou mais importante, porém, que o investimento material é o imaterial. É o que tem a ver com a educação, a qualificação das pessoas, a inovação e a produtividade. A mais decisiva resposta que podemos dar, não apenas às dificuldades da conjuntura,

**O investimento é o principal factor de criação de riqueza e de emprego. A mais forte alavanca para o crescimento económico. O volume global do investimento público e de interesse público atingirá em 2002 o valor de 1.825 milhões de contos, num impulso sem precedentes à nossa economia.**

mas ao atraso estrutural que desde há séculos nos separa da Europa mais desenvolvida. Por isso é particularmente significativo que o maior de todos os crescimentos seja precisamente no investimento em Ciência e Tecnologia. Mais 50% em 2002 do que em 2001.

Agora que o investimento é mais necessário, porque a economia abrandou, temos as políticas, temos os meios e estamos a executar: em 13 meses de trabalho aprovámos já projectos correspondentes a 1/3 dos apoios comunitários destinados a Portugal até 2006.

Aprovar ou rejeitar um Orçamento do Estado é uma questão política, mas tem também consequências práticas.

Quando se combate o abrandamento da economia e se aceleram os investimentos do III Quadro Comunitário de Apoio, a rejeição do Orçamento do Estado implica necessariamente uma travagem forçada. Não preciso de recordar as respectivas consequências no emprego e nos riscos de perda de Fundos Comunitários.

Para investir mais é preciso conter o crescimento da despesa corrente primária. Foi o que fizemos. Porém, ao contrário dos nossos antecessores, no respeito da lei nas transferências para a Segurança Social, as Autarquias Locais e as Regiões Autónomas. No sub-sector Estado, descontadas estas e outras transferências de idêntica natureza, aceitámos assim o ambicioso desafio de

diminuir as despesas correntes em 1,25%, em termos reais.

É a demonstração de vontade política assumida solidariamente pelo Governo. Este Orçamento maximiza os sacrifícios pedidos ao Estado, para que possa ser um Orçamento bom para as famílias, bom para as empresas, um Orçamento bom para os portugueses.

Limitar as despesas correntes sim, mas na fidelidade à nossa consciência social, mais importante ainda em períodos de dificuldade. Em 1995, ao chegar ao Governo, deparei-me com um valor da despesa social, em percentagem da despesa pública total, de apenas 46,5%. Seis anos de acção governativa e a despesa social atingiu, no Orçamento do Estado para 2002, 57,3% do total.

Este Orçamento, no quadro da Reforma da Segurança Social, elimina todas as dúvidas sobre a sustentação, no Século XXI, do pagamento das pensões aos reformados actuais e futuros e permite ainda dar um novo impulso à Reforma do Serviço Nacional de Saúde.

Em 1995, quando cheguei ao Governo, dizia-se que a Segurança Social pública estava à beira da falência. De facto, por incumprimento da Lei de Bases da Segurança Social, os regimes não contributivos e a acção social tiveram défices de 46 milhões de contos em 1993, 43 em 1994 e 119 em 1995, défices que sugaram as contribuições dos trabalhadores e das empresas para o regime geral. Por aquele caminho, estaríamos hoje com um sistema público de Segurança Social falido, sem perspectivas, quer para os actuais pensionistas, quer para os trabalhadores que para ele contribuem.

De então para cá, tudo mudou. Demos mais dignidade às pensões em vigor, ainda que longe do que seria desejável num País rico.

Em 1995 foram pagos 960 milhões de contos em pensões de reforma. Em 2001, 1.560 milhões. Em termos reais, descontada a inflação, as pensões mais reduzidas de todas subiram 40 e 50%. E o sistema não faliu. Só em 2000 foi capitalizado um saldo positivo de 130 milhões de contos para garantir o futuro. É que tudo mudou também pela gestão rigorosa, pelo combate à fraude, pelo cumprimento da antiga Lei de Bases da Segurança Social. A entrada em vigor da nova lei permite agora garantir os direitos dos actuais e futuros pensionistas.

Neste momento, está em fase final de negociação, na Comissão Permanente de Concertação Social, o futuro sistema de pensões do regime geral. Com a actual Lei de Bases, com o ritmo de capitalização em curso e o novo método de cálculo, tendo em conta toda a carreira contributiva, prevê-se que a Segurança Social não tenha défice até 2040 e que esse défice, a ocorrer após essa data, não ultrapasse 1% do PIB até ao

final do Século.

É por isso com orgulho que vos afirmo que este Orçamento do Estado traduz, pela primeira vez em plenitude, uma reforma da Segurança Social que torna integralmente sustentável o nosso sistema de pensões para a totalidade do Século XXI.

Acaba, assim, de uma vez por todas, graças à acção determinada dos Governos do PS, a possibilidade de se voltar a usar o terrorismo político e eleitoral, normalmente usado contra o PS nas campanhas, dizendo que se este ganhasse as eleições estariam em risco, ou mesmo acabariam as pensões de reforma. É bom não esquecer que, ainda em 1995, o actual líder do PSD não deixou de agitar esse fantasma.

Aprovar este Orçamento é uma questão política. Mas tem mais uma consequência prática. A de garantir definitivamente a solidez futura do nosso sistema de pensões de reforma.

Concluída no essencial a reforma da Segurança Social, estamos em condições de dar em 2002 um impulso político decisivo às reformas estruturais no sector da saúde. A questão fundamental não é, porém, a despesa. Esta tem que ser controlada com rigor e eficácia. O essencial é garantir ganhos em saúde para as pessoas, na prevenção da doença, na humanização e eficácia do seu tratamento. É esse o sentido das reformas de gestão a aprofundar ou introduzir.

Concentrar-me-ei aqui apenas no essencial da reforma hospitalar:

- transformar em empresas públicas os hospitais que reúnem condições para ganhos imediatos de eficiência e de qualidade nos serviços que prestam;
- construir novos hospitais de que carecemos urgentemente para completar a malha do Serviço Nacional de Saúde, com recurso a parcerias dentro do sector público, mas também com os sectores privado e social;
- recuperar a unidade de comando nos hospitais, pela separação entre o carácter electivo da designação de coordenações técnicas e a nomeação de chefias colectivas responsáveis perante o Serviço Nacional de Saúde;

- dar um salto qualitativo, com uma gama inovadora de cinco soluções de diferente intensidade de intervenção, na prestação dos cuidados continuados a doentes mais idosos e crónicos. Também aqui em parceria com os sectores social e privado.

Manteremos intacta a responsabilidade do Estado na garantia dos cuidados de saúde. Avaliaremos com rigor as diferentes formas de gestão na prestação desses cuidados. Um só critério, o dos ganhos em saúde para os cidadãos: para justificar as políticas e garantir a realização humana e profissional de todos os trabalhadores da saúde. Quero aqui saudá-los e exortá-los a uma participação activa na construção de soluções inovadoras, em que todos - utentes, profissionais e Estado - fiquem a ganhar.

O Orçamento do Estado para 2002 dá também novos passos significativos na justiça, na competitividade e no combate à fraude e evasão fiscais.

Este é um Orçamento de justiça fiscal, que

apoia as famílias com menos recursos e o mundo rural:

- cria o mecenato familiar;
- estabelece um nível bem mais alto de isenção de IRS para as famílias com três e mais filhos;
- trata preferencialmente os rendimentos de trabalho;
- isenta os rendimentos agrícolas de IRS até cinco vezes o valor anual do salário mínimo nacional;
- faz entrar em vigor taxas de IRC de 25% e 15%, para apoio ao interior, aos ¾ mais desfavorecidos do território nacional, nas condições e limites acordados com a Comissão Europeia.

Este é um Orçamento de competitividade fiscal:

- reduz a taxa geral de IRC para 30%;
- acaba com a dupla tributação em IRS e IRC;
- aperfeiçoa os regimes simplificados;
- simplifica e reduz os regimes de tributação de mais valias, tornando-os competitivos no quadro europeu, sem abdicar dos princípios que presidiram às medidas da reforma fiscal aprovadas em 1999.

Este é um Orçamento de combate à fraude e evasão. Sobrepenaliza a residência fiscal em *off-shores*, em diversas áreas relevantes de tributação. Isto sem falar no vasto leque de medidas de combate à criminalidade económica e financeira, da iniciativa dos Ministros da Justiça e das Finanças, cuja aplicação em muito ultrapassa o simples alcance do combate à fraude.

Este é assim, também no plano fiscal, um Orçamento bom para as famílias e bom para as empresas. Em síntese, bom para os portugueses.

O debate orçamental ocorre em circunstâncias embaraçosas para a oposição em geral, mas para o principal partido da oposição em particular.

O PSD preparou este debate como quem prepara um filme, para o qual escreve afanosamente um argumento. Só que o PSD se enganou e, no final, o argumento não corresponde ao filme.

Para o PSD este deveria ser o Orçamento de um País supostamente a crescer acentuadamente menos do que a média europeia, desde há um ano e meio. O PSD enganou-se.

Falhou a previsão. É já hoje certo que Portugal não esteve nem está a divergir da média europeia.

Para o PSD este deveria ser o debate para um estado de opinião pública desejava de um chumbo orçamental, de uma crise política, de eleições antecipadas.

O PSD enganou-se. Há hoje um sinal claro por parte da opinião pública. Quanto mais o PSD reclama o chumbo do Orçamento, a abertura de uma crise política e a realização de eleições antecipadas, mais a opinião

pública pretende ver o Orçamento aprovado, a estabilidade política garantida e as eleições realizadas em 2003 na data prevista.

Verdadeira obsessão no discurso do PSD e dos seus dirigentes tem sido a afirmação sistemática, peremptória, de que Portugal tem estado a crescer significativamente menos do que a média europeia. Poderia citar aqui dezenas de afirmações do Dr. Durão Barroso, do Dr. Tavares Moreira, até do Dr. Cavaco Silva. Todas erradas. A divergência é falsa.

De acordo com os últimos números oficiais publicados, Portugal cresceu em linha com a média europeia, no ano passado. No final do primeiro semestre deste ano, imediatamente antes dos acontecimentos de 11 de Setembro, estava mesmo a crescer mais rapidamente do que a média europeia, com um segundo trimestre em acentuada aceleração. Caiem, assim, dois mitos. O mito da divergência e o mito de que os acontecimentos de 11 de Setembro vieram disfarçar essa divergência, beneficiando o Governo.

A esse propósito o líder do PSD foi mais longe. Disse mesmo ser estranho um país em que o azar dos portugueses era a sorte do Primeiro Ministro. Enganou-se. Não cometeria a deselegância de dizer que o azar do PSD é a sorte dos portugueses. Por isso prefiro afirmar: o engano do PSD é o mérito dos portugueses.

Mas vejamos seriamente a realidade. Portugal cresceu na segunda metade da década de 90 a um ritmo muito mais rápido do que a média europeia. Entre 1995 e 1999, em paridades do poder de compra, passámos de 70,7% a 74% dessa média. Nestas circunstâncias, com a queda abrupta das taxas de juro e consequentes facilidades de endividamento, gerou-se naturalmente um desequilíbrio nas nossas contas externas que era necessário começar a corrigir.

Tal implicaria sempre um certo abrandamento do crescimento económico. Abrandamento agravado pelos efeitos da crise americana do ano passado, muito antes de 11 de Setembro, na Europa e em Portugal.

Como já disse, os problemas internacionais tendem a amplificar-se sempre em Portugal. Lembrem-se de 1993? Nessa altura a economia portuguesa contraiu-se e perdeu 1% em relação à média da Europa, ela própria em dificuldades.

Convenceu-se, por isso, o PSD que era inevitável uma forte divergência de Portugal em relação à Europa. De facto, dificilmente se juntaria um conjunto de circunstâncias tão favoráveis aos habituais profetas da desgraça. Mesmo um relógio parado acaba por parecer certo duas vezes ao dia.

Só que mesmo assim e uma vez mais o

PSD se enganou.

O engano do PSD residiu, repito-o, no mérito dos portugueses.

Estamos a reduzir progressivamente o nosso défice externo, enfrentando em simultâneo uma situação internacional delicadíssima sem que até agora tenhamos perdido terreno. É nosso dever fazer tudo para que tal prosiga no futuro próximo.

Daí a importância deste Orçamento, do investimento que ele impulsiona e da confiança que ele deve gerar.

É evidente que, com o evoluir da situação internacional desde 11 de Setembro, vivemos num quadro de grande incerteza que torna particularmente vulnerável a capacidade de prever o futuro.

Dados os números do primeiro semestre, é realista o intervalo do ritmo de crescimento previsto para 2001 no seu conjunto. A generalidade das instituições internacionais prevê que a Europa tenha, para o ano, um crescimento semelhante ao deste. Foi esta a lógica que presidiu às nossas estimativas, mas aqui estaremos para enfrentar com determinação todas as eventualidades.

Aos que nos criticam nesta matéria pedimos pelo menos que tenham coerência. Não podem, por exemplo, continuar a sustentar que o crescimento vai ser mais baixo do que o previsto e a inflação, pelo contrário, mais elevada.

Desde Julho que me empenhei pessoalmente para que a aprovação deste Orçamento pudesse reunir um consenso parlamentar tão amplo quanto possível. Foi-o de forma determinada e aberta e terá de reconhecer-se que o Orçamento contempla orientações e propostas que coincidem com diversas preocupações expressas pelos vários partidos da oposição.

No quadro de incerteza gerado por uma grave crise política internacional, com as consequências sobre a economia mundial dos ataques e ameaças terroristas e das acções militares necessárias para os combater, é fundamental restabelecer a confiança.

Por isso, para mim, tão importante como fazer aprovar o Orçamento tem sido trabalhar para a sua máxima base possível de apoio parlamentar, num quadro de tranquilidade política, geradora de confiança na sociedade. Não me preocupa a sobrevivência do Governo. Preocupa-me sim, a capacidade do país para enfrentar, com êxito, o enorme desafio que tem pela frente. E isso exige um grande sentido de responsabilidade colectiva. Por isso, deliberadamente, recusei e recuso o dramatismo do espectáculo mediático ou a chantagem política sobre as oposições, que a crise internacional poderia legitimar.

Somos uma democracia adulta e consolidada. Todos conhecem a realidade e, seguramente, todos terão consciência das respectivas responsabilidades.

Por isso vos digo com a serena tranquilidade de que o país precisa: estamos aqui para assumir plenamente as nossas responsabilidades.

Estou certo que as oposições sabem perfeitamente o que está em causa neste momento. É a elas que compete assumir também as suas próprias responsabilidades. Os portugueses a todos nos julgarão.

## AGRICULTURA

**Modernizar sector do azeite**

O secretário de Estado da Agricultura garantiu, no dia 3, em Malpica do Tejo, Castelo Branco, que o Governo quer atualizar o sector do azeite, através da modernização dos olivais existentes e da plantação de novos.

As declarações de Luís Vieira foram feitas no decurso da inauguração do lagar da Cooperativa Agrícola de Olivicultores de Malpica do Tejo, com 550 associados, que representou um investimento de 120 mil contos e se propõe produzir 80 a 90 mil litros de azeite com denominação de origem.

O secretário de Estado defendeu a modernização do sector, reconhecendo que, embora tenham já sido feitos muitos esforços nesse sentido, a produção é baixa, correspondendo a um «rácio» de um para três quando comparada com a produção espanhola.

A segunda aposta do Governo aponta para a plantação de novos olivais num máximo de 30 mil hectares até 2006.

Luís Vieira afirmou ser necessário apostar na qualidade do azeite para o mercado nacional e internacional, com certificação de origem.

A região da Beira Interior é responsável por 17 por cento da produção nacional de azeite, correspondente a seis mil toneladas anuais, referiu João Miguel Pereira, presidente da Associação de Produtores de Azeite da Beira Interior.

## ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA

**Guarda integrada na Rede de Bibliotecas Escolares**

O secretário de Estado da Administração Educativa, Domingos Fernandes, visitou, ontem, duas escolas na Região Centro e presidiu à sessão de assinatura de protocolos com vista à integração do concelho da Guarda no Programa Rede de Bibliotecas Escolares.

Fernandes visitou as obras de construção da Escola Básica Integrada de Midões, no concelho de Tábua (Distrito de Coimbra).

O empreendimento, preparado para receber 18 turmas, é composto por dois blocos, com nove salas de aula, um anfiteatro, duas salas de educação visual, uma biblioteca, duas salas de Ciências Físico-Químicas, Sala de Convívio de Professores, Sala de Convívio de Alunos e um bloco para os serviços de refeitório.

De destacar ainda um campo de jogos com um balneário de apoio.

Na Escola Augusto Gil (cidade da Guarda) foram assinados os acordos que formalizam a extensão do programa Rede de Bibliotecas Escolares ao concelho da Guarda.

Em concreto, nesta fase, assinam acordos de cooperação cinco escolas do concelho (três do 1º ciclo e duas do ensino secundário), a Direcção Regional de Educação do Centro e a

Câmara Municipal da Guarda.

Seguiu-se uma visita às novas instalações do Centro de Área Educativa da Guarda.

A tarde prosseguiu com a inauguração de um bloco de ampliação da Escola Básica 2,3/ Secundária de Aguiar da Beira.

Este bloco, composto por quatro salas de aula, um laboratório de Física, um laboratório de Química e um laboratório de Biologia, veio permitir o funcionamento, nesta escola, do Agrupamento 1 (Física-Química e Biologia).

As obras de ampliação contemplaram ainda a construção de um campo de jogos e a reparação das coberturas dos edifícios escolares existentes, bem como a sua pintura exterior.

Nestes deslocamentos, o secretário de Estado da Administração Educativa, foi acompanhado pelo director regional de Educação do Centro, Rui Santos.

## FINANÇAS

**Sem consenso não haverá mudanças sérias**

O ministro das Finanças defendeu, no dia 3, em declaração à Imprensa, que Portugal necessita, actualmente mais do que nunca, de colocar o que nos une acima daquilo que nos divide.

Guilherme d'Oliveira Martins fez esta reflexão a propósito da necessidade de aprovação do Orçamento de Estado (OE) e de uma série de reformas fundamentais em curso, nomeadamente a lei da estabilização financeira, em complemento da lei de enquadramento orçamental, para cuja elaboração de anteprojecto convidou o ex-ministro António Luciano Sousa Franco.

Esta lei, que o Governo pretende seja aprovada com um pacto de regime, visa introduzir o princípio da solidariedade entre o sector público administrativo de forma transparente, com a definição de critérios de disciplina financeira, estendendo a outro subsectores o controlo da despesa do Estado.

O ministro das Finanças disse que «tão importante como a aprovação do OE é a vontade de as principais forças políticas porem em prática uma autêntica agenda reformadora».

«O Executivo não pode e não quer perder tempo», disse Oliveira Martins, acrescentando que «para haver verdadeira disciplina, fiabilidade e transparência na gestão das contas públicas é preciso solidariedade entre sectores e coragem para apoiar as instituições fiscalizadoras, seja o Parlamento, o Tribunal de Contas e o Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado».

«Não haverá mudanças sérias e estáveis se não houver consenso», concluiu.

## INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

**Porto 2001: resposta aos comerciantes até dia 12**

O secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, Ribeiro Mendes, comprometeu-se, no dia 5, a dar uma resposta à Associação dos Comerciantes do Porto (ACP) até dia 12, sobre a avaliação dos prejuízos causados pelas obras da Porto 2001, SA.

No final de uma reunião realizada nos escritórios da Porto 2001, a presidente da ACP, Laura Rodrigues, disse à Imprensa que Ribeiro Mendes se prontificou a analisar a questão da avaliação, de forma a poder dar uma resposta até dia 12, data da assembleia geral da associação.

Laura Rodrigues salientou que a Assembleia da República aprovou por unanimidade em Março uma resolução que incumbiu o Governo de efectuar uma avaliação dos prejuízos causados aos comerciantes pelas obras a cargo da Porto 2001.

Laura Rodrigues louvou o exemplo da Metro do Porto, SA, que decidiu nomear um ROC (aceite pela ACP) para avaliar os prejuízos causados pelas suas obras e depois ressarcir os comerciantes.

## PRESIDÊNCIA CM

**Droga: «agarrar a vida» e mobilizar a juventude**

O secretário de Estado da Presidência, Vitalino Canas, considerou que poucos serão os locais no País onde se justificam «salas de chuto».

«Já existe um quadro legal que possibilite esses equipamentos onde forem necessários, mas penso que haverá em Portugal poucos sítios onde isso se justifica», afirmou Vitalino Canas. De acordo com o secretário de Estado, a iniciativa caberá a entidades da sociedade civil ou às câmaras municipais e se tal se verificar o Governo analisará.

O governante esteve no dia 31 em alguns cafés e bares da noite de Aveiro a acompanhar a distribuição de material da campanha de sensibilização «Agarra a Vida», que mobiliza «centenas de jovens» em todo o País e aposta na prevenção do consumo de álcool e drogas.

Existem mais de 500 mil alcoólicos em Portugal, pelas contas do Governo que quer aproximar o tratamento dado ao fenómeno do álcool com o que é dado ao das drogas, até porque «muitos jovens passam da bebida para outras substâncias», conforme referiu Vitalino Canas.

## CONSELHO DE MINISTROS

**Reunião de 28 de Outubro**

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que estabelece as regras de integração e transição do pessoal não docente a prestar serviço na Faculdade de Ciências de Nutrição e Alimentação (FCNA) da Universidade do Porto, nos lugares do respectivo quadro de pessoal criado pela portaria n.º 801/2000, de 21 de Setembro;
- Um decreto-lei que estabelece as regras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e dos componentes de segurança, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 98/37/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Junho;
- Um diploma que altera o decretos-lei que autoriza a Administração do Porto de Sines, SA a concessionar um terminal de usos múltiplos no porto de Sines, no sentido de autorizar a ampliação do estabelecimento;
- Um decreto regulamentar que procede à revalorização das carreiras e categorias com designações específicas do pessoal não docente dos estabelecimentos do ensino superior;
- Um decreto regulamentar que aplica às carreiras específicas existentes na Secretaria-Geral da Presidência da República, a revalorização prevista no decreto-lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
- Um decreto que reconhece o interesse público da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis;
- Um resolução que desafecta do domínio público militar e integra no domínio privado do Estado parte do prédio militar n.º 65/Lisboa, designado Colégio de Campolide, no município de Lisboa;
- Um resolução que desafecta do domínio público militar e integra no domínio privado do Estado o prédio militar n.º 7/Ponta Delgada, designado Prédio na Rua do Frias, no município de Ponta Delgada.

## GUTERRES LANÇA NOVA CULTURA DEMOCRÁTICA DE SEGURANÇA

**O primeiro-ministro, António Guterres, dominou o debate mensal da Assembleia da República com uma revolucionária reforma da segurança interna. No debate sobre política geral, que decorreu, no passado dia 31 de Outubro, no Parlamento, o camarada Guterres avançou com um conjunto de medidas de reforma dos serviços de segurança, enquanto as oposições procuravam uma ferida onde pôr o dedo e Durão Barroso tentava desviar assuntos.**

O chefe do Executivo socialista não se deixou impressionar com os dotes dramáticos do presidente do PSD que, por diversas ocasiões, durante o debate mensal do Parlamento, procurou explorar alegadas contradições no discurso do Executivo e do PS sobre os casos da Câmara de Felgueiras e dos limites legais para a taxa de alcoolemia na condução, exigindo ao mesmo tempo que o Executivo apresente um segundo Orçamento rectificativo antes de ser discutida a proposta orçamental para 2002. Guterres conseguiu facilmente desvirtuar as exigências laranja, sobretudo a última, ao declarar que um segundo Orçamento rectificativo seria entregue «quando o Governo o entender», devolvendo a Durão Barroso as acusações de contradições ao nível da segurança rodoviária e sobre os casos em que autarcas ficam sob suspeita de prática de irregularidades.

O chefe do Governo marcou o debate logo de início ao propor que o Serviço de Informações e Segurança (SIS) e o Serviço de Informações e Estratégia Militar de Defesa (SIEDM) fiquem sob sua tutela, anunciando também a apresentação de uma proposta de lei para a reforma do Regime das Forças de Segurança.

António Guterres defendeu igualmente que as Forças Armadas passem a ter missões na prevenção de riscos colectivos de origem externa (fora do estado de sítio ou de emergência) e anunciou um investimento de 200 mil contos para o reforço do número de equipamentos e viaturas de descontaminação para o Instituto Nacional de Emergência Médica.

### Portas inoportuno

Aberto o diálogo e respondendo ao líder do CDS-PP, Paulo Portas, o primeiro-ministro afirmou que Portugal é um dos poucos países que tm o terrorismo classificado como crime no seu ordenamento jurídico.

Paulo Portas tinha confrontado Guterres, criticando o alegado «facilitismo e negligência» do Governo em matéria de



segurança, apontando para um número de 4.516 passaportes desviados.

O primeiro-ministro classificou esta questão de «inoportuna», por poder influenciar negativamente as «negociações internacionais» com os Estados Unidos no programa de isenção de vistos para cidadãos nacionais, que a administração norte-americana quer rever.

O líder «popular» disse lamentar ainda que no primeiro ano em que foi estabelecida uma quota para o número de imigrantes que Portugal poderia receber (70 mil), essa estimativa tivesse sido ultrapassada, ao que o chefe do Executivo contrapôs, afirmando que «não houve nenhum atropelo da quota». «Houve um estudo adicional que determinou que o País necessitaria de receber mais 20 mil imigrantes», declarou, equiparando Paulo Portas aos «serviços de imigração dos Estados Unidos».

### Catastrofismo Verde

Ainda no contexto dos fluxos migratórios, dos Estados Unidos e do terrorismo que,

desde o dia 11 de Setembro último lhe têm sido associados, António Guterres não deixou escapar a oportunidade de esclarecer e garantir que os serviços de informação portugueses não se irão associar às forças secretas norte-americanas no sentido de matar suspeitos islâmicos por actos terroristas.

As palavras do chefe do Governo destinaram-se a responder à deputada do Partido Ecologista «Os Verdes» Heloisa Apolónia, na opinião da qual Guterres considerava «exemplar» os EUA em termos de respeito pelas liberdades, quando este país, na «matar indiscriminadamente» todos os principais suspeitos.

De acordo com o primeiro-ministro, a hipótese de os serviços de informações portugueses poderem matar suspeitos de actos terroristas «só por ignorância se pode colocar, porque a Constituição da República impede» esse tipo de prática.

«Portugal é um Estado democrático exemplar e, por isso, não precisa de ter outros modelos», reagiu o chefe do Governo.

O «bloquista» Francisco Louçã também

apelou ao primeiro-ministro para que o Governo rompa «a sua coligação com a direita» ao nível da política de imigração e alegou denunciar posições de determinados responsáveis portugueses no sentido de se tornar necessário começar a vigiar a comunidade islâmica.

### Louçã hipersensível

Guterres disse que, por várias vezes, já sublinhou que a comunidade islâmica «é parte integrante da sociedade portuguesa». «Mas o nosso país não pode ter uma política de portas abertas no domínio da imigração, até por razões humanitárias, porque Portugal não tem condições para acolher todos» aqueles que se desejam instalar em território nacional.

«Da mesma forma que recusa uma política de imigração de portas abertas, também não aceito uma política de imigração zero», acrescentou o chefe do Governo.

Guterres recusou também o argumento usado pelo deputado do Bloco de Esquerda Francisco Louçã de que o Presidente da República foi humilhado pelo primeiro-ministro britânico, Tony Blair, quando este pediu a Jorge Sampaio para que cancelasse a sua visita oficial à Grã-Bretanha.

### Socialistas abertos a consenso na segurança

Ainda no debate mensal sobre política geral, o Partido Socialista manifestou disponibilidade para «promover os mais amplos consensos» na Assembleia da República para legislar sobre as medidas relativas a segurança que o primeiro-ministro levou ao debate no plenário. O líder parlamentar do PS, Francisco Assis, salientou a oportunidade do debate sobre «cultura democrática de segurança» que Guterres levou ao Parlamento e criticou o líder do PSD por na sua intervenção se ter concentrado noutras questões.

«É técnica do PSD, desviar-se do debate porque assim escusa-se a apresentar propostas alternativas», afirmou Assis.

O líder do GP/PS referiu que as orientações propostas por Guterres em termos de segurança, como a manutenção de dois serviços de informações e a estratégia de combate ao terrorismo «não negam os princípios do Estado de direito».

Francisco Assis acrescentou que a situação internacional poderia motivar duas respostas perigosas, por um lado laxismo e por outro precipitação em legislar «sob pressão securitária» e considerou que a resposta do Executivo é «ponderada e adequada».

Na resposta, António Guterres frisou que as orientações de que falou no seu discurso «dependem da Assembleia da República», afirmando-se disponível para as debater com os deputados e mantendo que «a consciência da nova situação internacional não ofusca os problemas do País».

MARY RODRIGUES

DEPUTADO LUÍS PARREIRÃO

Ramal da Lousã

## GOVERNO PSD É RESPONSÁVEL POR ATRASO NO METRO



O deputado socialista Luís Parreirão responsabilizou no dia 5 o último Governo do PSD pelo atraso do projecto do metro para o Ramal da Lousã.

Segundo Parreirão, a responsabilidade do PSD reside no facto de terem criado uma empresa – a Metro Mondego (MM) – sem condições para fazer avançar o empreendimento.

Luís Parreirão disse que o decreto-lei que instituiu a sociedade Metro Mondego «criava condições para que o metro não existisse». Luís Parreirão falava, na sua condição de parlamentar, numa conferência de imprensa convocada pelos deputados socialistas de Coimbra, destinada a analisar as verbas para o distrito inscritas no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para 2002.

Para o metro de superfície, previsto há oito anos para o Ramal da Lousã, o PIDDAC reserva uma verba de 440 mil contos (2,2 milhões de euros), contra 4,7 milhões de contos (23,5 milhões de euros) atribuídos ao Metro Sul do Tejo, lançado alguns anos depois do projecto de Coimbra.

O decreto-lei que criava a MM (CP Metro de Lisboa e câmaras de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo) foi publicado em 1993, no tempo em que Ferreira do Amaral era ministro das Obras Públicas.

Segundo Luís Parreirão, o diploma estava «desajustado da realidade» e «atirava para cima dos municípios e dos seus recursos» uma responsabilidade financeira acima das suas possibilidades.

O deputado e líder da Federação de Coimbra do PS lamentou que o processo se tenha



arrastado todos estes anos, mas frisou que «foi preciso um trabalho muito duro» para que fosse alterado o decreto-lei e a composição da empresa.

Em Junho, o Estado passou a deter mais de 50 por cento do capital social da Metro Mondego, à semelhança do que acontece em outros projectos idênticos: Metro do Porto, Metro de Lisboa e Metro Sul do Tejo. Por seu turno, o deputado do PS Ricardo Castanheira considerou que as verbas consignadas no PIDDAC para o próximo ano «permitem, mais uma vez, honrar compromissos assumidos para esta legislatura» pelo PS.

Ascede a 218 milhões de euros (43,6 milhões de contos) o total dos investimentos públicos inscritos no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.

As verbas mais significativas são 1,2 milhões de contos (seis milhões de euros) para a variante à Estrada Nacional 342 (Miranda do Corvo-Lousã) e 3,2 milhões (16 milhões de euros) para beneficiação da Linha do Norte. Além dos 440 mil contos para a Metro Mondego no próximo ano, o projecto será contemplado com 6,4 milhões de contos (32 milhões de euros) em 2003 e 12,8 milhões (64 milhões de euros) a distribuir em anos seguintes.

AUTÁRQUICAS

Campanha eleitoral

## HEMICICLO FECHADO ENTRE 4 E 14 DE DEZEMBRO

A Assembleia da República vai encerrar durante o período da campanha eleitoral para as autárquicas, entre 4 e 14 de Dezembro, disse, no passado dia 5, à Comunicação Social, o porta-voz da conferência de líderes, Artur Penedos.

Os trabalhos parlamentares, adiantou a mesma fonte, serão retomados no dia 17 de Dezembro.

A questão já foi abordada numa conferência de líderes e registou-se consenso para que o parlamento encerre nesse período.

As eleições autárquicas realizam-se a 16 de Dezembro.



DEPUTADO PAULO PISCO

Comunidades

## «ACÇÕES EXECUTIVAS» PARA SALVAGUARDAR EMIGRANTES



O deputado socialista Paulo Pisco sugeriu, no dia 6, ao Governo a criação de mecanismos de defesa e salvaguarda destinados aos emigrantes portugueses nas chamadas

«acções executivas» que se incluem numa próxima reforma do Código Civil.

É uma importante reforma que terá a autoria do Executivo sob autorização legislativa da Assembleia da República que vai acelerar a reparação judicial a indivíduos que foram lesados no seu património ou finanças, mas que, segundo Paulo Pisco, «pode criar algumas dificuldades aos emigrantes, apesar do seu mérito».

Num requerimento enviado à Assembleia da República, o parlamentar do PS alerta que a alteração a que o Governo irá proceder, em breve, pode, por exemplo, «no caso de perda ou roubo de cheques com posterior falsificação de assinatura» implicar que os emigrantes poderão incorrer, sem saber, numa acção executiva que lhes irá porventura prejudicar os seus bens em Portugal.

«No caso da perda ou roubo de cheques com posterior falsificação de assinatura, (a ressalva à lei) assume particular relevo porque os

emigrantes visitam periodicamente o país natal e não estão livres que essa situação os atinja», exemplificou.

Segundo o documento subscrito por Pisco, o anteprojecto de lei de alteração do Código de Processo Civil admite a possibilidade do domicílio ser violado com aviso prévio, mas já os bens podem ser penhorados sem que o executado seja previamente avisado, desde que na base dessa acção exista uma sentença, um acto notarial ou um documento particular com assinatura reconhecida.

Embora o processo de acção executiva possua «uma margem razoável para o executado tomar previamente as diligências necessárias à regularização da situação», Paulo Pisco considera que os portugueses que residem no estrangeiro (mas que periodicamente visitam o País, onde têm interesses patrimoniais) «são os mais vulneráveis a serem lesados involuntariamente com a remoção dos seus bens».

«Por estarem ausentes do País e, eventualmente, terem dificuldades de deslocação, poderão também ter mais dificuldade em defender-se nos casos de sentença, acto notarial ou documento com assinatura reconhecida presencialmente», lê-se no documento.

DEPUTADA ANA CATARINA MENDES

Sinistralidade rodoviária

## SE CONDUZIR, NÃO BEBA MESMO!



«O PS e o Governo não mudaram de opinião», afirmou categórica, no dia 26 de Outubro, a deputada socialista Ana Catarina Mendes, na sessão plenária da Assembleia da Repu-

blica em que se apreciou, a pedido de «laranjas» e «populares», o decreto-lei que introduz alterações ao Código da Estrada.

No centro do debate esteve a medida relativa à baixa da taxa de alcoolemia de 0,5 para 0,2 gramas de álcool por litro de sangue.

Reconhecendo que a medida «não é pacífica» a parlamentar do PS assegura porém que esta foi tomada com a «convicção apoiada em estudos de que é necessária para que o drama da sinistralidade nas estradas portuguesas possa ser cada vez menor».

É porque «a vida é um valor fundamental que deve ser defendido sem hesitações», a deputada frisou que a redução da taxa de alcoolemia não é uma «medida desgarrada, aparecendo numa política integrada e global do Executivo, que foi desenvolvida num plano interministerial».

Assumindo o combate à sinistralidade como «objectivo comum» à sociedade portuguesa, socialistas e governantes continuam, pois, a defender a lei que – segundo Ana Catarina Mendes – «pretende salvar vidas».

Todavia, «o PS está disponível para discutir os efeitos da implementação desta medida, propomos por isso que seja acrescentado um novo número ao artigo 81º do Código da Estrada no sentido de criar uma Comissão de Acompanhamento de Aplicação desta medida», de «não é uma medida contra o consumo de álcool em geral, mas só para quem conduz, quando conduz», a deputada socialista recordou que «cerca de 30 por cento dos acidentes de viação têm a sua origem no excesso de álcool, conforme os dados aos corpos autopsiados». «É por isto, que devemos assumir a defesa do benefício geral – combate à sinistralidade, o fim das famílias destruídas vítimas dos acidentes de viação», declarou, acrescentando que «é necessário separar os interesses sectoriais legítimos que actualmente se opõem a esta medida, do interesse nacional no combate à sinistralidade rodoviária, através de uma política integrada de que faz parte a redução da taxa de alcoolemia».

A concluir a sua intervenção, Ana Catarina Mendes reiterou o facto da medida em questão não interditar todo e qualquer consumo de álcool, pelo que «não é uma medida contra o sector económico e muito menos contra a chamada «cultura do vinho», sectores que, conforme defendeu, serão apoiados noutros domínios da actividade governativa, através de medidas apropriadas». **MARY RODRIGUES**



## UNIDOS PELA PAZ NO MÉDIO ORIENTE

**A paz no Médio Oriente e a luta antiterrorista foram os temas dominantes do encontro de dois dias (5 e 6 de Novembro) realizado em Bruxelas, entre os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia (UE) e dos países do Sul do Mediterrâneo, sob o pano de fundo do descontentamento de vários Estados-membros, incluindo Portugal, com a iniciativa de Tony Blair de convidar alguns parceiros europeus para um jantar informal, em Londres, com vista a debater a crise.**

**N**um esforço para recuperar a imagem exterior de unidade, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos quinze Estados-membros vão reunir-se, amanhã, em Nova Iorque, com vista a melhor coordenar posições sobre a luta antiterrorista e iniciativas de paz no Médio Oriente, uma iniciativa saudada por Jaime Gama.

Na reunião de terça-feira, os países europeus e os seus parceiros da orla mediterrânica sublinharam a necessidade de aplicar o plano Mitchell para retomar o processo de paz entre israelitas e palestinianos.

Na conclusão da Conferência Euro-Mediterrânica, os participantes consideraram que «todas as partes visadas» pelo conflito no Médio Oriente deverão «retomar imediatamente, sem demora nem condições», as negociações para aplicar as recomendações do plano do antigo senador dos EUA, George Mitchell.

A cooperação regional no domínio da Justiça e Assuntos Internos entre a UE e os 12 países mediterrânicos participantes na reunião foi outra matéria analisada, e que está estreitamente ligada com a do combate ao terrorismo.

O debate sobre questões como a migração clandestina de populações para os países do Norte mediterrânico ou o tráfico de droga tornam incontornável para a UE a necessidade de haver políticas de âmbito regional em matéria de Justiça e Assuntos Internos.

Porém, a presença em Bruxelas do líder palestiniano, Yasser Arafat, e do ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, Shimon Peres, colocaram em primeiro plano as discussões sobre o processo de paz no Médio Oriente, que motivou um breve encontro entre os dois sábado, nas Baleares, Espanha.

Esta Conferência Euro-Mediterrânica teve como pano de fundo um quadro de relacionamento que se estende a outros sectores, que foi analisado, nomeadamente nos campos económico, comercial, social e cultural, onde as parcerias têm ganho maior consistência desde a reunião de Barcelona, em 1995.



O chamado Processo de Barcelona associa os Quinze a 12 países do sul do Mediterrâneo: Argélia, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Marrocos, Autoridade Palestiniana, Síria, Tunísia, Chipre, Malta e Turquia (estes três candidatos à adesão à UE).

A Líbia, a Mauritânia e a Liga Árabe estiveram presentes na reunião com o estatuto de observadores.

A protecção das minorias muçulmanas residentes na Europa contra actos de vingança pelos atentados islamistas de 11 de Setembro nos Estados Unidos, a distinção entre o mundo islâmico e os grupos integristas que organizam actos terroristas, os direitos das mulheres, foram outros assuntos discutidos pelos 27 ministros dos Negócios Estrangeiros nesta conferência em Bruxelas.

### Gama critica atitude de Blair

Por outro lado, embaixador português junto das instituições europeias não participou no dia 5 na reunião do Comité Conselho de Representantes Permanente (COREPER) dos Quinze em Bruxelas.

Tratou-se de um protesto do Governo português contra a sua exclusão, e de outros países da União Europeia (UE) no encontro de domingo em Londres, convocado pelo primeiro-ministro britânico, Tony Blair, para tratar da luta

antiterrorista.

A informação foi dada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros português, Jaime Gama, no intervalo da conferência euro-mediterrânica entre a UE e 12 países do Sul do Mediterrâneo.

«Quisemos sinalizar o nosso descontentamento», declarou Jaime Gama, acrescentando que o membro da delegação portuguesa enviado à reunião do COREPER exprimiu «as críticas (portuguesas) pela forma como certos países europeus estão a agir» na campanha em curso contra o regime talibã.

Recorde-se que o primeiro-ministro britânico convocou os líderes políticos da França e da Alemanha para uma reunião em Londres a fim de analisar a actual campanha em curso contra o regime talibã, na sequência dos ataques terroristas de 11 de Setembro nos Estados Unidos.

Esta decisão provocou uma onda de protestos dos outros países, a qual forçou Blair a alargar a reunião à Itália, Espanha e Holanda.

A Bélgica, na qualidade de presidente em exercício da UE, também esteve presente. Portugal foi «um dos principais motores a impor a presença» da presidência na reunião de Londres, enfatizou Jaime Gama, «depois de mensagens muito claras dos países da UE que não estavam satisfeitos com a forma» como o processo decorreu. O ministro dos Negócios Estrangeiros

sublinhou que «a Presidência acabou por ser imposta à reunião de Londres», e manifestou a convicção de que «a União Europeia vai assumir um papel mais substantivo e coerente» nas posições comunitárias em matéria de luta antiterrorista e na busca de uma solução política no Afeganistão.

Sobre a reunião de Londres, Jaime Gama disse: «Há um país grande [Estados Unidos] e um médio [Reino Unido] a liderar as operações contra o regime talibã, «depois mais dois países médios [França e Alemanha] que se colaram ao que estava a ter um papel determinante. Depois outros que se foram juntando [Itália, Espanha, Holanda]».

«Não é a agir de forma faseada e por etapas que se afirma a União Europeia (UE)», referiu Jaime Gama, depois de um encontro com o líder palestiniano Yasser Arafat à margem da conferência euro-mediterrânica.

«Esperamos que a coligação contra o terrorismo se alargue e consolide, e não que se divida ou enfraqueça», salientou o ministro português, apelando a que «rapidamente se traga de novo à UE o comando estratégico da liderança» europeia naquele campo.

«Esperamos que, muito em breve, a UE chame a si um papel mais determinado na orientação» da política europeia sobre a actual luta antiterrorista e contra o regime de Cabul, acrescentou Jaime Gama.

BRUXELAS

ACP

## PARLAMENTARES CONDENAM ACÇÕES TERRORISTAS DA UNITA

**A**s acções perpetradas pela UNITA em Angola são actos terroristas, declarou no dia 30 de Outubro pela primeira vez a Assembleia Parlamentar Paritária UE/ACP, reunida em Bruxelas.

Numa proposta de resolução de compromisso que foi votada no último dia de trabalhos desta terceira sessão da Assembleia Parlamentar dos países da União Europeia e ACP (África, Caraíbas e Pacífico), os parlamentares «condenam firmemente os actos de terrorismo perpetrados pela UNITA».

Convidam ainda o movimento liderado por Jonas Savimbi a «pôr fim aos actos terroristas» e a respeitar as disposições e o espírito do Protocolo de Lusaca de 1994. A guerra em Angola e a devastação provocada pelas inundações em Moçambique foram dois dos assuntos que mereceram a atenção da Assembleia.

Os parlamentares manifestaram preocupação pela prossecução em Angola de uma guerra que dura há mais de 25 anos e pela não aplicação do acordo de paz de Lusaca, assim como pelo recente ataque da UNITA a um comboio, considerado dos mais sangrentos incidentes dos últimos anos.



A assembleia apoia uma solução política baseada nos acordos de paz de Bicesse de 1991, no Protocolo de Lusaca e nas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, segundo a proposta. Convida por isso a UNITA a tomar acções concretas no sentido de manifestar vontade de dialogar e, simultaneamente, o Governo angolano a abrir um novo diálogo que possa

conduzir à paz.

Refere ainda que uma solução de paz durável não pode passar somente pelo Governo e pela UNITA mas sim por um «diálogo global», que envolva todos os partidos com representação parlamentar e organizações da sociedade civil. Nesse sentido, congratula-se com a atribuição do Prémio Sakharov ao arcebispo

de Lubango e presidente da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), Dom Zacarias Camuenho, e saúda os esforços desenvolvidos pela Igreja e, mais genericamente, pela sociedade civil no sentido de alcançar o diálogo e a paz. Considera ainda importante pôr fim ao tráfico de diamantes como forma de acabar com o financiamento da guerra e, nesse sentido, convida a Comissão Europeia e o Conselho UE/ACP a identificar os países que abrem o mercado ao tráfico de diamantes da UNITA. Manifesta a sua «profunda inquietude» pela situação em que vive a população angolana, vítima da guerra, nomeadamente os refugiados e deslocados no interior do país. Os parlamentares europeus e dos países ACP «deploraram igualmente» o aumento do número de minas em Angola, país signatário da Convenção de Otava e principal beneficiário dos esforços de desminagem financiados pelas Nações Unidas.

Relativamente à situação provocada em Moçambique pelas inundações, os parlamentares pedem à Comissão Europeia e aos Estados-membros da UE que redobrem esforços no sentido de «assegurar a reconstrução das habitações e das infra-estruturas».

BRASÍLIA

Soares defende

## ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO ENTRE UNIÃO EUROPEIA E MERCOSUL

O camarada Mário Soares, eurodeputado socialista, defendeu no Brasil a formação de uma área de comércio livre entre o Mercosul e União Europeia.

«Acredito absolutamente nisso, pois traria grandes vantagens para o Mercosul porque ficaria com o parceiro alternativo e vantagens também para a Europa porque é importante desenvolver uma região como a dos países do Mercosul», afirmou o ex-Presidente da República ao jornal baiano «A Tarde».

Mário Soares está em Salvador, Baía, desde quinta-feira a convite do Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao), que inaugurou o auditório professor Agostinho da Silva, pensador e pedagogo português, fundador do centro e ex-professor de Soares.

O ex-chefe de Estado português preferiu uma palestra na reitoria da Universidade da Baía sobre o tema «O Mundo Luso Afro-Brasileiro e Oriental: História e Perspectivas», durante a qual observou que os atentados contra os norte-americanos em 11 de Setembro revelaram ao mundo a vulnerabilidade dos EUA.

Apesar dos ataques ao Afeganistão, Soares questionou a eficácia da estratégia norte-americana.

«Também me preocupa muito que não se veja resultados da política que está a ser conduzida no Afeganistão, visto que os bombardeios não chegam para resolver o problema», afirmou ao jornal.

O ex-Presidente participou, ainda, na cerimónia dos 500 anos da Baía de Todos os Santos, comemorados com um espectáculo de fogos-de-artifício e desfile de saveiros com luzes.

A cantora Gal Costa cantou vários temas alusivos à importância da baía e do mar na vida dos habitantes da cidade.

Durante a cerimónia, Soares foi saudado pelo ex-presidente do Congresso Nacional, António Carlos Magalhães, como «um dos estadistas da Europa e do mundo», informa o jornal «Correio da Baía».

O Mercosul (Mercado Comum do Sul), criado em 1991, é integrado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, tendo como países associados o Chile e Bolívia.

BRUXELAS

Pescas

## COMISSÃO PROPÕE 40 MILHÕES DE CONTOS PARA RECONVERSÃO DAS FROTAS IBÉRICAS

A Comissão Europeia vai propor aos Quinze uma dotação orçamental de 40 milhões de contos para a reconversão das frotas pesqueiras de Portugal e Espanha que abandonaram a faina em Marrocos. Trata-se de uma das emendas que o Executivo da União Europeia introduziu no projecto de orçamento comunitário para 2002, que está a ser negociado pelos Estados-membros e pelo Parlamento Europeu.

Em Julho último, a Comissão Europeia propôs um programa de reconversão das frotas pesqueiras portuguesa e espanhola afectadas pela não renovação do acordo de pescas com Marrocos, com uma dotação global de 197 milhões de euros (39,49 milhões de contos).

Os 2,1 milhões de contos destinados a Portugal abrangem 41 embarcações e cerca de mil pescadores, maioritariamente de Sesimbra e Olhão.

A proposta negociada com Portugal aponta para a necessidade de quatro milhões de contos para reconversão da

frota, sendo que a diferença de valores (1,9 milhões de contos) deverá ser assegurada pelo Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (IFOP).

As alterações à proposta de orçamento para 2002 foram apresentadas ao Parlamento Europeu, uma das autoridades comunitárias em matéria orçamental.

As emendas anunciadas prevêem ainda uma redução de 1,9 mil milhões de euros (380 milhões de contos) nas despesas do Orçamento do próximo ano.

Estas poupanças resultam da revisão das previsões de despesas agrícolas.

A Comissão Europeia deixou de considerar necessária a constituição de uma reserva de mil milhões de euros (200 milhões de contos) para financiar os riscos ligados à crise da doença das vacas loucas e à febre aftosa.

Segundo o Executivo comunitário, a situação nos mercados bovinos parece ser menos dramática do que se previa em Maio do corrente ano.

## AJUDA DO ESTADO À RTP NÃO DISTORCE MERCADO

O financiamento público do Estado à RTP não introduz distorções no mercado e cumpre as regras comunitárias, afirmou no dia 5, em Bruxelas, o ministro da Cultura português, Augusto Santos Silva. Questionado sobre a posição do Governo quanto à queixa apresentada pela SIC à Comissão Europeia sobre as ajudas de Estado à RTP, o ministro considerou que «os operadores privados que apresentam queixa estão a usar do seu legítimo direito, mas cabe às instâncias competentes da União Europeia (UE) verificar a sua fundamentação».

Augusto Santos Silva, em declarações no final da primeira sessão de trabalho dos ministros da Cultura dos Quinze, afirmou: «Do ponto de vista do Governo, julgamos que as condições actuais pelas quais se faz a concessão do serviço público à RTP, e as condições em que ao abrigo desse contrato se procede ao financiamento dessa empresa, cumprem claramente as regras comunitárias».

O ministro considerou que o «financiamento público à RTP cumpre quer o princípio da transparência quer o princípio da proporcionalidade, ou seja, não há distorções de mercado pelo facto de um dos operadores beneficiar de financiamento público».

Quanto ao modelo de financiamento



desejável para a estação pública de televisão, Augusto Santos Silva defendeu o «modelo misto», com base no financiamento público e nas receitas publicitárias, como sendo o «mais adequado para a RTP».

«O actual modelo de financiamento com base em impostos e associado a receitas publicitárias parece-nos ser o modelo adequado de financiamento da estação pública», sustentou.

Quanto ao plano de reestruturação da RTP, o ministro da Cultura, disse que o Governo «honra os compromissos assumidos»,

reafirmando que «o Estado é parte do processo de reestruturação da estação de televisão pública».

«O Conselho de Administração apresentou o seu plano que implica um procedimento de saneamento do passivo financeiro acumulado e também um processo gradual de aproximação a níveis de custos suportáveis pela combinação entre a indemnização compensatória e as receitas publicitárias», afirmou.

O ministro acrescentou ainda que no plano de reestruturação da RTP «não está prevista

a privatização de qualquer canal».

A reunião dos ministros da Cultura da UE foi dominada pelos assuntos audiovisuais, nomeadamente pelo financiamento do sector público de radiodifusão.

Segundo uma proposta da Comissão Europeia comunicada formalmente aos Quinze e «saudada como um progresso evidente» – segundo Santos Silva – cabe a cada Estado-membro definir o que é serviço público e qual a melhor forma de o financiar. A Comissão Europeia pediu, no entanto, aos Quinze o respeito por três condições: definição clara de serviço público, estabelecimento de uma autoridade independente de controlo do mesmo e limitação do financiamento público ao estritamente necessário para garantir essa missão.

Ministros discutem ajudas ao cinema.

O conselho de ministros da Cultura da União Europeia (UE) discutiu ainda as ajudas públicas ao cinema, o tráfico de obras de arte e o diálogo intercultural com o mundo árabe.

Na sua penúltima reunião do ano, os responsáveis pela política cultural dos Quinze trocaram pontos de vista sobre as barreiras jurídicas que limitam a circulação de obras cinematográficas e audiovisuais na UE e analisaram ainda a proposta de Bruxelas no sentido de proibir subsídios públicos superiores a 50 por cento do custo dos filmes.

## CONFERÊNCIA APROVA DECLARAÇÃO SOBRE DIVERSIDADE CULTURAL

A 31ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, encerrada no dia 3, em Paris, aprovou a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e um orçamento de 544 milhões de dólares para os próximos dois anos.

A Conferência traçou «novos rumos» ao adoptar, além dessa declaração, o Convénio sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático, sublinhou a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

No seu discurso de encerramento, o director-geral da UNESCO, Koichiro Matsuura, sublinhou a importância que tem para a paz a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.

Pela primeira vez, a comunidade internacional dota-se de um instrumento normativo que «rige a diversidade cultural ao nível de património comum da

humanidade», realçou Matsuura.

Felicitou-se também pela proibição da pilhagem e destruição com vista à comercialização dos restos antigos e dos lugares arqueológicos subaquáticos.

A Conferência, marcada por uma assistência recorde de 2.965 participantes de 185 países, lançou uma nova iniciativa para impedir a destruição premeditada do património cultural, como os Budas gigantes de Bamiyan pelo regime talibá do Afeganistão.

A Conferência adoptou ainda, no dia 20 de Outubro, uma resolução que condena o terrorismo, «injustificável sejam quais forem os motivos» e manifestou «pesar e indignação pelos trágicos acontecimentos» de 11 de Setembro nos Estados Unidos, recorda a UNESCO.

«Ao recusarmos ceder às pressões, ameaças e tentativas de desestabilização que assolaram o mundo nas últimas

semanas, demonstrámos com o nosso comportamento que a importância do diálogo entre as culturas e civilização, não só é possível, como também frutífera», acentuou Matsuura.

«Não deixemos que se ateiem de novo no mundo os fogos da ira, da rejeição e da discriminações», declarou, por seu turno, o Presidente iraniano, Mohamed Khatami, numa declaração lida pelo presidente da Conferência Geral da UNESCO, o iraniano Ahmad Jalali.

### Prioridades

Khatami defendeu a «mobilização da vontade do mundo inteiro para erradicar tudo – circunstâncias ou ideias – o que possa levar à violência, ao terrorismo ou à adversidade».

No seu texto, o Presidente iraniano sublinhou que «a violência não obedece a

qualquer regra, lei ou regulamento. É erróneo pensar que se acabará com a violência através da violência».

O chefe da delegação de observadores dos Estados Unidos, Ray Wanner, agradeceu aos participantes na Conferência «as suas condenações sem ambiguidades do terrorismo» e «a afirmação de que nada justifica esses actos».

Após três semanas de trabalho, os participantes na Conferência Geral aprovaram o orçamento do organismo, de 544 milhões de dólares para os próximos dois anos.

Aprovaram também o programa de prioridades apresentado por Matsuura: educação básica; fontes de água e ecossistemas; ética das ciências e das tecnologias; diversidade, pluralismo e diálogo intercultural; e acesso à informação para todos.

## SAMPAIO APELA AO DIÁLOGO NO MÉDIO ORIENTE

**O Presidente da República, Jorge Sampaio, apelou ao «diálogo entre todos os interlocutores» para resolver «rapidamente» a «questão do Médio Oriente» que, por sua vez, «é decisiva para a regulação de outros conflitos». «Não há alternativa ao diálogo e à solução política, e esperamos que, a partir da plataforma de Formentor, possa haver algum avanço, mesmo que seja milimétrico», disse Jorge Sampaio, que participou, no dia 2, no Fórum Formentor, em Maiorca, Baleares, Espanha.**



**E**ste Fórum reúne anualmente na localidade das Baleares, no Mediterrâneo, governantes, políticos e especialistas, com o objectivo de articular e estimular o diálogo sobre o bacia do Mediterrâneo. Sampaio, que falava aos jornalistas que acompanham a reunião, sublinhou que o «reforço da relações entre a União Europeia e o Mediterrâneo é fundamental». «Não há uma relação de causa-efeito» entre o conflito do Médio Oriente e a escalada de terrorismo internacional com os atentados de 11 de Setembro, considerou o chefe de

Estado português, sublinhando contudo que «todos coincidem em que uma solução desta questão será decisiva para a paz na região e para outros conflitos».

«No que não há dúvida é em que temos que resolver este conflito rapidamente», acrescentou Jorge Sampaio, que sublinhou que Portugal tem «exercido um papel frutífero neste diálogo».

À convocatória deste ano do Fórum de Formentor corresponderam, além do Presidente da República portuguesa, o

Presidente do Egipto, Hosni Mubarak, que proferiu a conferência inaugural, o chefe do Governo espanhol, José Maria Aznar, o Presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, e o ministro de Negócios Estrangeiros israelita, Shimon Peres, entre outros.

Aqui todos esperam que Formentor possa ser o cenário ou o pretexto de uma reunião entre Arafat e Peres, «apadrinhada» por Mubarak, mesmo que não seja de negociações, mas nem isso está confirmado ainda, apesar de todos os meios a

considerarem provável, com mais ou menos discrição.

Durante a tarde de sábado, além de encontros entre Aznar e Arafat, reuniram-se também Mubarak e Shimon Peres.

Os três políticos almoçaram juntos, na companhia do chefe do governo espanhol. O Presidente português, além de uma intervenção no final da mesa redonda política, manteve diversos contactos e reuniu-se com Shimon Peres.

Em declarações aos jornalistas sobre o que será a linha de sua intervenção na mesa política, à porta fechada, Sampaio apelou ao diálogo internacional e entre todas as partes implicadas.

Apresentou como dados mais recentes a sua presença no Foro Formentor, a que no ano passado assistiu o primeiro-ministro António Guterres, a sua visita a Moscovo e a «presença constante de portugueses em todos os foros e iniciativas que dizem respeito ao diálogo entre a União Europeia e o Mediterrâneo, reforçado quando da presidência portuguesa da EU».

O programa do III Foro Formentor inclui várias intervenções e mesas redondas, mas, para além disso, o mais importante serão com provavelmente os contactos, bilaterais ou mais amplos, entre os principais participantes, com os bons auspícios de Mubarak, Aznar ou Jorge Sampaio.

## COMBATE AO TERRORISMO REQUER COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

**A** resposta ao terrorismo tem «várias frentes» e «precisa urgentemente de uma acrescida cooperação internacional», afirmou no dia 5, no Porto, o Presidente da República.

«Não podemos sucumbir aos ataques que temos sofrido, directa ou indirectamente, temos de perceber que o mundo é muito mais difícil e exigente», afirmou Jorge Sampaio na abertura da 38ª Sessão Internacional do Parlamento Europeu dos Jovens (PEJ).

Sampaio referiu a necessidade de aproveitar os «desafios» para «trabalhar mais numa Europa que permita a identidade de cada nação e a diversidade cultural» para que a Europa possa ser «um pólo significativo num mundo que desejamos multipolar».

Defendeu uma «parceria estratégica» com a Rússia e «uma NATO reforçada e virada para novos objectivos que não os da guerra-fria que terminou em 1999».

### Luta contra o crime e branqueamento

«Há outros desafios mais difíceis», considerou o Presidente da República, referindo a «luta» contra o crime, contra o branqueamento de capitais e contra o «inimigo disfarçado».

Essa «luta», acrescentou Sampaio, deve fazer-se com «respeito pelos direitos dos cidadãos e no respeito pelo Estado de Direito» porque quando «os países tem de se defender dos antidemocratas pode haver tendência de resvalar para a facilidade, para o salve-se quem puder e para a afirmação de um autoritarismo cego».

«As democracias têm de se defender democraticamente», frisou o chefe de Estado, acrescentando que apesar das «novas ameaças» surgem também «grandes oportunidades numa sociedade de informação que se espera mais participativa na vida política».

A 38ª Sessão Internacional do Parlamento



Europeu dos Jovens decorreu no Porto, com a participação de cerca 200 jovens do ensino secundário, entre os 15 e os 19 anos,

oriundos da União Europeia e restante Europa.

Os jovens viveram uma experiência democrática e de cidadania, sob a égide de valores como a solidariedade, o respeito pela diversidade e o direito à negociação, correspondentes aos defendidos pela própria União Europeia.

Até domingo, os 200 jovens, colocando-se no papel de eurodeputados, participaram nas três grandes actividades que constituem a sessão.

Nos dois primeiros dias (sábado e domingo) decorreram na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, exercícios de âmbito comunicacional, com o objectivo de formar grupos de trabalho (comités).

Até ontem, quarta-feira, desenvolveu-se o trabalho de comité e sexta-feira e sábado serão debatidas e votadas, em Assembleia Geral, as moções de resolução, posteriormente enviadas ao Parlamento Europeu.

SAMPAIO LANÇA LIVRO «Portugueses V»

## PR FORA DE «ESTRATÉGIAS LATERAIS»

**Uma mudança de Governo não deverá contribuir para o melhoramento do funcionamento das instituições democráticas. É esta a opinião de Jorge Sampaio, Presidente da República. No prefácio do seu livro «Portugueses V», que começou a ser publicado, no passado dia 5, pelo «Diário de Notícias», Sampaio considera implicitamente que não se perfila, no quadro actual, uma alternativa ao Executivo de António Guterres.**

«**C**omo resulta evidente para qualquer observador, nem está em causa, na presente conjuntura, o regular funcionamento das instituições democráticas nem há, sequer, quaisquer indicações que permitam concluir, solidamente, que a constituição de um Governo diferente, no actual quadro parlamentar, possa de alguma forma contribuir para uma melhoria substancial do seu funcionamento», acentua. Sampaio alude também às «confusões recorrentes sobre o papel do Presidente da República», traduzidas no «apelo frequente a que ele se constitua em contraponto do Governo ou, então, que desempenhe ou coopere activamente nas funções institucionais que estão constitucionalmente atribuídas à Assembleia da República e que incumbem politicamente às oposições levar a cabo». Para Jorge Sampaio, o Presidente deve, reciprocamente, manter uma «atenção permanente» ao desempenho do Governo e «à forma como as políticas por ele



desenvolvidas respondem ou não às exigências do interesse nacional», o que promete continuar a fazer com a independência inerente ao cargo que ocupa. O chefe de Estado considera, no entanto, que «não é legítimo pedir-se ao Presidente da República que desempenhe as funções de crítica, fiscalização e responsabilização política do Governo que incumbem à Assembleia da República e muito menos que se substitua a esta no exercício dessas funções». «Compreende-se que, por dificuldades decorrentes de uma dada composição do Parlamento ou por quaisquer outras razões,

as oposições não consigam imprimir à sua acção a efectividade que desejariam», escreve. O Presidente da República alerta, porém, que «não pode pedir-se ao PR que seja ele a suprir essas dificuldades, ao arrepio da independência, imparcialidade e exclusiva vinculação ao interesse nacional a que está obrigado e com desrespeito da vontade popular democraticamente manifestada nas últimas eleições para a Assembleia da República». «É tão constitucionalmente inadequado pedir-se ao PR que force o Governo a solicitar ao Parlamento um voto de confiança, como

seria pedir-lhe que estimulasse as oposições a apresentar uma moção de censura ao Governo» sublinha.

### Acordo alargado

No prefácio do livro «Portugueses V», o Presidente da República volta a defender «um acordo tão alargado quanto possível» com vista à aprovação do próximo Orçamento de Estado para 2002.

Num contexto de dificuldades económicas e financeiras, «o que está em causa é a discussão e votação de um programa financeiro capaz de responder aquelas dificuldades», salienta.

«Por isso mesmo, e porque a conjuntura é difícil e exige a correspondente mobilização dos portugueses, tenho defendido, na estrita perspectiva da prossecução do interesse nacional, ser desejável um acordo tão alargado quanto possível sobre a matéria», justifica o chefe de Estado.

O Presidente rejeita ainda encarar um eventual «chumbo» do Orçamento como a aprovação de uma moção de censura ao Executivo de António Guterres.

«Nem o que se vota no Parlamento, quando se vota o Orçamento, é a permanência ou a queda do Governo, nem a discussão que aí se travar respecta, a título principal, à política de alianças ou à natureza do mandato dos deputados», frisa Jorge Sampaio.

Por fim, Sampaio deixa uma garantia: «Em caso algum o PR se deixa envolver, a pretexto da discussão da lei do Orçamento de Estado, no desenvolvimento de estratégias laterais ao normal funcionamento dos mecanismos institucionais de responsabilização parlamentar do Governo».

PIDDAC

Desenvolvimento 2002

## ENCURTANDO DISTÂNCIAS

**U**ma ligeira redução das diferenças entre Lisboa e Porto e a passagem de Braga para o quarto lugar são alguns dos aspectos mais significativos do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para 2002.

O PIDDAC regionalizado para 2002, apresentado pelo Governo juntamente com o Orçamento de Estado e que em breve estarão em debate no Parlamento, tem uma dotação total de mais de 6.638 milhões de euros (mais de 1.327 milhões de contos).

Mais de 3.809 milhões de euros dos investimentos previstos são financiados por fundos nacionais e a parte restante por fundos comunitários.

Segundo o documento, o investimento global cresce em mais de 86,618 milhões de contos.

A verba a investir nos 18 distritos do

Continente passa de 988,275 milhões de contos em 2001, para mais de 1.066 milhões de contos em 2002.

Lisboa, com mais de 1.233 milhões de euros, é o distrito com maior dotação, logo seguido do Porto com 1.022 milhões de euros (204,482 milhões de contos), uma diferença de 211 milhões de euros (42,301 milhões de contos).

O PIDDAC do ano ainda em curso atribuiu ao distrito de Lisboa quase 214,823 milhões de contos e ao do Porto 168,221 milhões de contos, o que representa uma diferença de 46,6 milhões de contos.

Setúbal mantém no PIDDAC de 2002 o terceiro lugar na lista dos 18 distritos do Continente, com mais de 363,909 milhões de euros.

Braga sobe do quinto para o quarto lugar, com uma dotação de 358,267 milhões de euros, ocupando a posição antes detida por Aveiro, distrito que desce para a sexta

posição e a que o PIDDAC concede 285,230 milhões de euros.

O distrito de Faro, que em 2001 foi o sexto na lista das dotações dos investimentos da Administração Central, sobe em 2002 para o quinto lugar, com mais de 333,701 milhões de euros.

O sétimo lugar, atribuído em 2001 a Santarém, será agora ocupado por Coimbra, que recebe do PIDDAC 218,163 milhões de euros, caindo Santarém para a oitava posição com a dotação de mais de 199,239 milhões de euros.

Beja ascende à nona posição, com uma verba superior a 186,322 milhões de euros. O distrito de Viseu mantém no PIDDAC o 10º lugar de 2001, com mais de 167,545 milhões de euros, tal como Castelo Branco, o 12º, que receberá mais de 148,272 milhões de euros.

Évora continua a ocupar a 13ª posição, agora com 135,804 milhões de euros,

enquanto Bragança sobe do 15º para o 14º lugar, com 125,012 milhões de euros.

O distrito de Vila Real, que no PIDDAC de 2001 era o 14º em volume de investimento da Administração Central desce em 2002 para a 17ª posição.

Viana do Castelo, que em 2001 ocupava o 16º lugar, sobe um lugar na tabela do PIDDAC de 2002.

O distrito da Guarda será em 2002 o 16º, subindo um lugar, sendo dotado com 98,996 milhões de euros, enquanto Portalegre, o distrito menos populoso do Continente, vai manter, como é habitual, o último lugar da tabela, com 92,316 milhões de euros.

O PIDDAC atribuiu à Região Autónoma da Madeira mais de 9,486 milhões de euros, em vez dos cerca de 3,071 milhões de contos (15,3 milhões de euros) de 2001, e à Região Autónoma dos Açores 13,730 milhões de euros, contra os 4,806 milhões de contos (23,9 milhões de euros) do ano em curso.



#### Albufeira

##### Exposição «Pintura naïf e não só»

Está patente ao público até 30 de Novembro, na galeria de arte Pintor Samora Barros, a exposição intitulada «Pintura naïf e não só», de Elsebeth Bruel.



Esta dinamarquesa reside em Ponches desde 1983 e tem exposto em várias galerias do país. Escritora, actriz e cantora, Elsebeth assume-se como autodidacta no que concerne à pintura, não só «naïf», como também abstracta, utilizando para o efeito cores fortes e formas explosivas. A não perder.

#### Cascais

##### Novo serviço de transporte colectivo

No próximo dia 10 o novo serviço de transporte colectivo urbano (BusCas) entrará em funcionamento com um circuito que permitirá aos automobilistas estacionarem os seus carros nos parques e deslocarem-se de «BusCas» para o centro da vila de Cascais.



Os «BusCas» são uma forte aposta da autarquia na melhoria qualitativa e ambiental do sistema de deslocações na vila de Cascais, com a introdução de quatro veículos híbridos, de propulsão eléctrica, amigos do ambiente e que oferecem grande qualidade ao nível do conforto.

#### Guarda

##### Câmara desenvolve actividades culturais multifacetadas

A Câmara Municipal da Guarda promoveu uma oficina que designou por «A Música das Tesouras de Tosquia», de características inéditas, destinada «a não músicos em

regime de autogestão».

Assim, no dia 5, no auditório municipal, foi possível, através de exercícios simples, descobrir-se a música das tesouras a que se juntaram a voz e os passos (ou talvez não), com o objectivo de compor colectivamente uma obra sonora.



Esta obra destinou-se a servir de fundo à terceira edição da exposição «A Memória das Coisas», que o município promove entre dias 15 e 28 deste mês no antigo Paço Episcopal Egitanense, agora designado por Paço da Cultura.

Esta é uma mostra de objectos e utensílios identificativos de freguesias do concelho, desta vez abrangendo as localidades de Avelãs da Ribeira, Benespera, Cavadoude, Chãos, João Antão, Pêra do Moço, S. Pedro de Jarmelo, Seixo Amarelo, Videmonte e Vila Soeiro.

##### Exposições, conferências concertos

A Câmara da Guarda promoveu ainda terça-feira um espectáculo da Orquestra Gulbenkian, dirigida pelo maestro Osvaldo Ferreira e com o solista Aníbal Lima, a apresentar no auditório da Casa de Saúde Bento Menni.

Hoje, quinta-feira, a Câmara da Guarda promove uma conferência sobre «O Oriente no Ocidente – Introdução ao Pensamento Oriental», por Fernando Carmo Marques, membro da Associação «Zen International». Hoje, ainda, abre ao público no Paço da Cultura a exposição «Expedição ao Gasherbrum II (8036 metros) no Paquistão» do alpinista João Garcia, seguida de uma palestra, organizada pelo Clube de Monsthanismo da Guarda a que aquele praticante está ligado.

O município organiza sexta-feira e sábado a oficina intitulada «Estágio de Tai Chi Chuan», orientada por Fernando Casimirt Marques, dedicada a uma arte marcial tida como não agressiva e muito praticada na Europa.

O Tai Chi Chuan tem como fundamento «desenvolver no indivíduo o autodomínio através da prática de exercícios de Tai Chi, Chi Kong e da «forma», série de 58 movimentos corporais que se encadeiam e cuja aplicação serve para a autodefesa.

#### Loulé

##### Inauguração do pavilhão desportivo municipal

O desporto continua a ser uma das áreas em que a Câmara Municipal de Loulé mais tem apostado. É neste contexto que surge

mais uma grande obra, o novo pavilhão desportivo municipal, que vai ser inaugurado no próximo dia 11, domingo, numa cerimónia que contará com a presença do secretário de Estado da Juventude e do Desporto, Miguel Fontes, bem como de diversas personalidades ligadas ao desporto.



Esta nova infra-estrutura, implantada numa área de 8500 metros quadrados, é destinada à prática desportiva de todas as modalidades praticadas oficialmente em recintos cobertos, e vai ter uma capacidade para dois mil espectadores sentados.

#### Montijo

##### Inauguração do novo edifício do arquivo municipal

A Câmara Municipal do Montijo vai proceder amanhã, dia 9, à inauguração do novo edifício do arquivo municipal.



Trata-se de um arquivo público que tem à sua guarda os documentos produzidos e recebidos pelos serviços da Câmara Municipal do Montijo, Assembleia Municipal e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, no decorrer das suas funções ou actividades públicas, conservados para servirem de elementos de gestão e prova, dessas mesmas funções, podendo «a posteriori» serem utilizados como elementos de estudo da história do concelho.

#### Portimão

##### Obras de beneficiação no Parque da Juventude concluídas

A Câmara Municipal de Portimão terminou os trabalhos de beneficiação do Parque da Juventude, designadamente através do

melhoramento da entrada, rampas de acesso, bancadas para os modelistas, rampas de acesso para bicicletas, conduta pluvial, quiosque, aumento das bancadas existentes.

O custo das obras de beneficiação do Parque da Juventude, um projecto de grande envergadura, foi de 24 mil contos.



#### Sintra

##### Algueirão-Mem-Martins ganha Circular Exterior

Desde o passado dia 1 de Novembro, a Freguesia de Algueirão Mem-Martins passou a dispor de uma nova ligação a partir do IC16, que permitirá um acesso rápido quer a Sintra quer ao IC19.



Com esta nova via, de grande importância para a mobilidade e acessibilidade urbana desta zona de Sintra, com particular relevância para quem reside e trabalha em Algueirão Mem-Martins, fica constituída aquela que se poderá designar por Circular Exterior.

Esta obra insere-se na prioridade dada aos novos acessos seguida pela autarquia, que a levou a canalizar para as acessibilidades do concelho cerca de quatro milhões de contos do seu orçamento de 2001.

#### Vila Real de S. António

##### X Milhas do Guadiana

A décima edição das X Milhas do Guadiana em atletismo disputa-se no próximo domingo, dia 11, entre Vila Real de S. António e Ayamonte (Espanha).

Estão inscritos, até ao momento, atletas de Portugal, Espanha, Inglaterra, Rússia, Marrocos, Quênia e Etiópia, o que demonstra a crescente dimensão internacional da prova.

A organização, a cargo da Câmara Municipal de Vila Real e do pelouro de Desporto de Ayamonte, espera ter a presença de 600 atletas.

## PS EM MOVIMENTO

### GANDOMAR

#### Candidatos do PS apresentam plano

O candidato socialista à Câmara de Gondomar, Ricardo Bexiga, acusou a maioria do PSD na Junta Metropolitana do Porto (JMP) de estar «mais interessada em protagonismos pessoais do que em resolver os problemas dos cidadãos».

Ricardo Bexiga falava no dia 29 de Outubro, em Gondomar, após um almoço em que participaram os candidatos socialistas às Câmaras da Área Metropolitana do Porto (AMP) e durante o qual foram dados os últimos retoques no plano global para as acessibilidades rodoviárias para o Grande Porto.

«O PSD não tem um projecto global para a AMP na área das acessibilidades», afirmou Ricardo Bexiga, porta-voz dos candidatos socialistas às câmaras da AMP.

«Os cidadãos da AMP que se têm que deslocar diariamente de um concelho a outro para trabalhar, só podem ver os seus problemas resolvidos com um plano global de mobilidade rodoviária», defendeu.

Para Ricardo Bexiga, «a Junta Metropolitana é que deveria apresentar um plano de acessibilidades, o que já devia ter sido feito há muito tempo se a maioria social-democrata não estivesse mais preocupada em protagonismos do que com os verdadeiros problemas dos cidadãos».

#### Aposta no Metro

Reafirmando o Metro do Porto como «a principal resposta às dificuldades de circulação no interior da AMP», os candidatos socialistas consideram também o IC1, entre Miramar, Coimbrões, Francos e Perafita, como «um eixo metropolitano de primeira importância económica», por concentrar no seu percurso «importantes actividades económicas e equipamentos, além de cruzar o centro financeiro da Boavista».

O plano apresentado aponta a acumulação de trânsito na Ponte da Arrábida, por onde circula o triplo dos veículos que optam pela ponte do Freixo, considerando que aquela via atingiu já o ponto de ruptura por excesso de tráfego, nomeadamente o gerado com destino na plataforma logística constituída pelo porto de Leixões, o Aeroporto e diversos terminais rodoviários e de transportes da AMP.

Para os autarcas socialistas, existe uma carga excessiva de tráfego no eixo litoral da AMP, agravado actualmente pelo decurso da obra do IC1 entre Miramar e Madalena, pelo que se torna «urgente e prioritário» terminar o sistema viário que permita um acesso mais equilibrado à ponte do Freixo.

O extenso documento, que os autarcas socialistas pretendem apresentar ao Governo, considera, nas suas conclusões, a finalização e fecho da VCI em Gaia como a «prioridade número um» do seu plano para as acessibilidades rodoviárias da AMP. Seguem-se a finalização do IP4 entre Águas Santas e Sendim, a construção do IC24, entre as duas auto-estradas, IP1 e IC1 e a cidade de Espinho.

### MAFRA

#### Apresentação dos candidatos PS

O secretário nacional do PS António José Seguro esteve presente ontem, quarta-feira, na sessão de apresentação de todos os candidatos do PS ao concelho de Mafra.

A sessão de apresentação, que decorreu no restaurante «Cangalho II», em Pinhal dos Frades, decorreu num clima de grande afirmação do projecto autárquico socialista para Mafra.



### MARCO

#### PS contra clima de intimidação

O candidato do Partido Socialista à Câmara de Marco de Canaveses, Nuno Lameiras, criticou o clima de «farsa e trama» criado pela campanha do inenarrável autarca Avelino Ferreira Torres (CDS/PP), exemplo típico de caciquismo, autoritarismo e pimbalismo, que se recandidata ao cargo em 16 de Dezembro.

«Denuncio a intolerável propaganda do presidente da Câmara, que faz do Marco uma autêntica mistificação», acusou Nuno Lameiras, queixando-se de lhe terem destruído três *outdoors*, alegadamente mandados retirar por apoiantes do presidente da Câmara. «Incapaz de suportar o combate leal, assediou de forma inadmissível um nosso presidente de junta, chegando ao ponto de atrasar a construção de uma escola e de obras na freguesia como retaliação pela fidelidade daquele ao nosso partido», afirmou o candidato socialista.

Os socialistas de Marco de Canaveses acusam ainda o presidente da Câmara de

«invadir todo o concelho com vigorosas arremetidas através de jornais facciosos e da rádio local... que é também sua».

#### Dizer não a esta vergonha

«Com reiterado orgulho de poder dizer não a esta vergonha», Nuno Lameiras considerou que se vive no Marco de Canaveses «uma provocação à moral e ao Direito, cuja verdadeira dimensão só será apurada – se algum dia o vier a ser – quando o poder mudar em Marco de Canaveses».

«Tudo se envola numa assustadora teia de interesses, influências, ameaças e chantagens, levando a um clima nada condizente com a elevação de princípios que a democracia preconiza», disse o candidato socialista numa conferência de imprensa. «O medo é frequente e só a coragem e a persistência de alguns tem permitido evitar mais abusos e dislates», concluiu Nuno Lameiras.

### PENICHE

#### Apresentação dos candidatos PS

O ministro Ferro Rodrigues disse no dia 5 que o PSD está «virado do avesso», por Durão Barroso ter afirmado que o Presidente da República deveria pedir desculpa aos portugueses por ter aprovado a Lei de Programação Militar.

«Quando se vê o dr. Alberto João Jardim a afirmar que Portugal é um país do Terceiro Mundo e o dr. Durão Barroso a dizer que o Presidente Jorge Sampaio devia pedir desculpa aos portugueses, pode parecer que o nosso país está do avesso, mas pensando bem, quem está verdadeiramente virado do avesso é o principal partido da oposição», acusou Eduardo Ferro Rodrigues.

O ministro do Equipamento Social, que falava em Peniche durante a apresentação

dos candidatos do PS aos órgãos autárquicos locais, sustentou que os dados europeus conhecidos esta semana demonstram que nos últimos 18 meses, Portugal «cresceu claramente acima da média europeia» e, neste contexto, «deixou de fazer sentido falar de economia e procuram inventar crises constitucionais que não existem».

Ao contrário, afirmou o membro do Governo, no PS é mantido «o respeito pela Constituição, pelo Presidente da República e pela vivência democrática».

Ferro Rodrigues chamou ainda a atenção para as próximas seis semanas dado que se vai realizar o debate do Orçamento de Estado e as eleições autárquicas.

«Vão ser semanas em que é necessário ter coragem, é necessário trabalhar e estarmos todos determinados. Não contem connosco para ficarmos reféns de quaisquer palavras ou quaisquer ameaças, porque elas não nos assustam», afirmou.

Relativamente às eleições autárquicas, o PS apresentou em Peniche a recandidatura a um segundo mandato do socialista Jorge Gonçalves relevando a obra realizada nos últimos quatro anos.

Num jantar que reuniu 450 apoiantes, Jorge Gonçalves lembrou os investimentos da administração central na ampliação do porto de pesca, uma obra que deverá estar concluída em 2003 e que vai permitir melhorar as condições portuárias e alargar a actividade do porto a outras actividades comerciais, além da pesca.

O autarca referiu também a negociação com uma fábrica de farinha de peixe localizada à entrada da cidade, e que era uma das mais poluentes, constituindo mesmo «um cartão de visita negativo».

Jorge Gonçalves disse que a fábrica vai agora operar com tecnologia mais moderna, tendo-se também retirado daquele local.

O candidato recordou ainda que a lixeira foi encerrada e que foi conseguida a assinatura de um protocolo com os Ministérios do Equipamento Social e do Ambiente com vista à despoluição do Fosso das Murilhas.

Depois da vitória de há quatro anos, quando derrotou 11 anos de sucessivos executivos do PSD, Jorge Gonçalves adoptou como palavra-de-ordem «Vamos continuar juntos», contando também nas suas listas com mais de metade de independentes.

### VILA REAL

#### PS apresenta 4253 candidatos

O PS no distrito de Vila Real apresenta 4253 candidatos aos órgãos autárquicos, um número nunca atingido desde as eleições de 1976.

Elaborando listas para todas as Câmaras e Assembleias Municipais, entregou nos tribunais 239 listas nas 266 freguesias existentes no distrito.

Um novo recorde, também, em número de freguesias a que o PS concorre.

LPM

Assis acusa

## PSD QUER CRIAR INSTABILIDADE AO MAIS ALTO NÍVEL

**F**rancisco Assis acusou no dia 4 o PSD de pretender criar «um clima de instabilidade política e de guerrilha ao mais alto nível institucional» devido às suas posições sobre a constitucionalidade ou não da Lei de Programação Militar.

Em conferência de Imprensa no Porto, o líder parlamentar do PS afirmou que os dirigentes do PSD têm agido «de má-fé» porque só agora vêm pôr em causa a constitucionalidade da lei depois de, em três momentos distintos, não a terem questionado.

O camarada Francisco Assis garantiu que o PSD não questionou a legitimidade do método utilizado para viabilizar a lei, «nem quando ela foi votada nem quando a acta dessa votação foi aprovada».

«O PSD teve ainda um terceiro momento para o fazer, quando podia exigir a fiscalização preventiva da sua constitucionalidade, mas tal não aconteceu também», acrescentou o líder parlamentar do PS.

Dai que para o dirigente socialista a atitude do PSD resulta de «pura má-fé ao lançar ataques insidiosos ao Presidente da República com o único intuito de criar um clima de instabilidade na vida política portuguesa e de guerrilha institucional ao mais alto nível».

Assis garante que qualquer decisão dos órgãos competentes sobre a constitucionalidade ou não da lei serão naturalmente respeitadas, mas «aquí é o caso de um partido que nos momentos em que podia ter colocado a questão não o fez».



«Na acta aprovada pelo PSD diz claramente que a lei foi aprovada com a maioria constitucionalmente exigida», frisou o parlamentar socialista.

Francisco Assis não escamoteou, porém, a necessidade urgente de um debate sobre as metodologias utilizadas no Parlamento, sob o risco de prejudicar gravemente a imagem deste órgão de soberania.

«Eu próprio já o propus», afirmou, recordando que o método utilizado para aprovar a LPM baseou-se num «acordo de cavalheiros assumido no início da legislatura de modo a ultrapassar as dificuldades levantadas pelo número de deputados que está a cada momento em missão de representação da AR no estrangeiro».

«Claro que esse acordo, que vigorou até há poucos dias, não pode pôr-se acima da própria Constituição», acrescentou.

### Socialistas com Sampaio contra guerrilha laranja

O Partido Socialista manifestou, no dia 5, «total solidariedade» com a opção do Presidente da República de promulgar a Lei de Programação Militar (LPM) e acusou o PSD de estar a criar um clima de guerrilha política ao criticar a isenção de Jorge Sampaio.

Em declarações à SIC, logo após o chefe de Estado ter justificado os motivos que o levaram a promulgar a LPM aprovada pelo

Parlamento, o secretário-coordenador dos socialistas, Jorge Coelho, disse que os «portugueses podem ter confiança em Jorge Sampaio, perante um clima de guerrilha e má-fé».

Coelho acusou o Durão Barroso de ter tido «pelo menos três oportunidades» para colocar em causa o processo de aprovação da LPM na Assembleia da República.

«Mas o PSD nunca pôs em causa em devido tempo a sua votação, a acta da Assembleia da República e ou a sua constitucionalidade», acrescentou o camarada Jorge Coelho, para quem muitas das leis «foram votadas no passado nos mesmos termos que a LPM». «Ficou hoje provado que Durão Barroso privilegia as jogadas partidárias em vez do interesse nacional», concluiu.

S. JOÃO DA MADEIRA

Comissão Nacional da JS

## REAFIRMADA APOSTA NA «ESCOLA SOCIALISTA»

**J**úlio Pedrosa tornou-se no dia 4 o primeiro ministro da Educação a participar numa reunião da Comissão Nacional da Juventude Socialista, órgão máximo entre congressos da estrutura jovem do PS, que decorreu em S. João da Madeira, Aveiro.

Representantes dos 50 mil militantes da JS confrontaram Júlio Pedrosa com as conclusões do Encontro Nacional de Estudantes Socialistas, realizado em Abril na cidade de Braga, que reivindicou uma «aposta redobrada» na qualidade do ensino e a necessidade de se construir uma «escola socialista», disse a secretária-geral da JS, Jamila Madeira.

A dirigente da JS explicou que o conceito de «escola socialista» inclui 12 anos de escolaridade obrigatória, manuais gratuitos e uma revisão dos critérios para fecho de estabelecimentos de ensino nas zonas em perda populacional, deixando de se considerar como base o número de alunos existente e passando a ter-se em conta a



distância média que os educandos ficam obrigados a percorrer até à escola. «De outra forma, estaremos a contribuir para o abandono escolar nessas zonas», advertiu Jamila Madeira.

### Objectivos da «escola socialista»

A revisão da lei da autonomia universitária e a construção de mais residências universitárias são também objectivos da «escola socialista».

Outras metas são o reforço da rede pré-

escolar, a colaboração do sistema de ensino com o associativismo, como forma de promover a cidadania, e «mais equilíbrio» na resposta do sistema de ensino às ambições profissionais dos jovens portugueses.

«A qualidade de ensino tem melhorado muito em Portugal e está claro que a paixão da Educação não esmoreceu, antes pelo contrário. Mesmo assim, não podemos dar-nos por satisfeitos», referiu a dirigente da JS. A camarada Jamila Madeira congratulou-se também com o aumento do número de Faculdades de Medicina e o investimento «forte» no pré-escolar e em pavilhões desportivos.

### Bye bye «numerus clausus»

Disse-se também satisfeita com a «quase eliminação» do «numerus clausus», «que já deixou de ser uma bandeira estudantil».

No entanto, Jamila Madeira referiu que os jovens socialistas querem «ainda melhores respostas do sistema de ensino e é por isso

que a JS oferece os seus contributos ao ministro da Educação», disse.

A Comissão Nacional da JS serviu também para preparar a agenda política dos jovens parlamentares socialistas.

Saúde pública, direitos individuais, património público e autarquias são temas que os jovens deputados socialistas pretendem debater na Assembleia da República, «num timing a afinar com a direcção do grupo parlamentar socialista», disse a camarada Jamila Madeira.

«Tudo faremos para tornar a sociedade mais justa e para conseguir a igualdade de direitos», garantiu a líder da JS.

Jamila Madeira sublinhou, contudo, que a JS «parte para estas batalhas privilegiando o diálogo, sem partir nem dividir».

Sublinhando o facto de a Comissão Nacional dos jovens socialistas se realizar pela primeira vez em S. João da Madeira, o líder da JS/Aveiro, João Ribeiro, interpretou o facto como «um reconhecimento do bom trabalho realizado pela Federação Distrital».



ORÇAMENTO DE ESTADO

Guilherme d'Oliveira Martins



UM DESAFIO SERENO

«Deeds, not words»  
«Actos, não palavras»

W. S. Churchill, 9.2.1941

**P**erante a incerteza internacional e em face dos sinais que a economia nos reserva, importa retirar consequências positivas. O País e os cidadãos não nos perdoarão se não fizermos tudo o que estiver ao nosso alcance para defender os interesses concretos da economia e da sociedade - que o mesmo é dizer das pessoas. Cada um deve, assim, assumir as suas responsabilidades. Assume-as o Governo, não iludindo as dificuldades, correndo riscos e propondo um caminho de exigência redobrada, segundo cinco preocupações essenciais - o rigor de um limite para a despesa pública corrente, o objectivo da convergência real com os nossos parceiros europeus, a aposta em mais investimento público, a determinação em realizar a coesão através de políticas sociais determinadas (cumprimento da Lei de Bases de Segurança Social, apoio à interioridade e ao mundo rural, Educação e Saúde) e a competitividade fiscal (visando alargar a base tributária, para que haja maior equidade para quem tem rendimentos menores). Mas não podem deixar de assumir também essa responsabilidade as oposições - cientes de que em situações de incerteza e de risco acrescido devemos pôr acima do que nos divide aquilo que nos une. E o apelo que, por exemplo, o dr. José Silva Lopes e o prof. Miguel Belezza fazem tem, assim, todo o sentido, e merece atenção. É fundamental ouvi-lo e responder-lhe. É o interesse nacional que está em causa.



*Não sabemos o que vai reservar-nos o futuro. Sabemos, sim, que, perante as dificuldades, devemos dispor-nos a procurar os consensos indispensáveis e a pensar mais em termos de regime democrático - em torno de uma disciplina acrescida e de uma política clara de consolidação das finanças públicas. E esta exige uma agenda reformadora - que o País deseja e que obriga a esforços sérios de concertação. Se é verdade que há sinais de que Portugal mantém uma tendência de médio prazo de convergência real com os países da União Europeia, o certo é que precisamos de trabalhar mais e de nos organizarmos melhor, no sentido de uma maior competitividade - aproveitando as margens de manobra que uma leitura inteligente do Pacto de Estabilidade e Crescimento nos permite, e colocando o emprego e o desenvolvimento, a equidade e a coesão social na primeira linha das nossas preocupações. Para tanto, todos têm de assumir*

as suas responsabilidades para com Portugal e os portugueses. Se há momentos que obrigam a um especial esforço de mobilização este é um deles. E não se diga que se fizeram previsões que a realidade pode não confirmar. Disponhamo-nos, antes, solidariamente a acompanhar a evolução da conjuntura, a fim de que Parlamento e Governo possam tirar, momento a momento, as lições certas e para que a economia portuguesa se previna da melhor maneira para combater qualquer espírito de crise. Não se espere, pois, do Governo um optimismo irrealista, que recusamos - nem, muito menos, um pessimismo depressivo. Acreditamos nas oportunidades que se nos põem... Não há, assim, pânico - mas controlo da situação e clara consciência das realidades e determinação na sua resolução. Impõe-se que haja compromissos e um nítido empenhamento, no sentido de maior transparência e de um combate efectivo à desorçamentação - com base em critérios de equilíbrio e de bom senso, para que não haja dois pesos e duas medidas, nos diversos Estados-membros da União Europeia, e para que o interesse do País seja preservado contra cegos fundamentalismos. Mas importa haver uma autêntica solidariedade entre os diferentes sectores do Sector Público Administrativo, além de um entendimento de moderação salarial que preserve o investimento e o emprego. Urge ainda possuímos um sistema fiscal mais justo e eficiente - sobretudo em vésperas de debates importantes sobre a tributação do património e do automóvel e perante a exigência do aumento da base fiscal e da estabilização, simplicidade e clareza dos nossos impostos. Muito do que está em causa no Orçamento do

Estado para 2002 e do que está para além dele tem a ver, nesta circunstância, com o regime democrático. A agenda reformadora relativamente à consolidação de médio prazo das finanças públicas entra, deste modo, na ordem do dia. E o caminho mais fecundo nesse sentido terá de ser o da procura de entendimentos políticos duráveis - desde a ligação e disciplina entre sectores até à simplificação fiscal. É muito mais fácil adoptar atitudes de mera crítica, em lugar de contribuir positivamente para resolver os problemas concretos. Ora, não dispendo o Governo de maioria absoluta no Parlamento, mas representando aí uma clara maioria dos cidadãos, cabe-lhe ser impulsionador e catalisador de iniciativas reformadoras - tarefas que não pode deixar de assumir, tirando lições do passado recente. A acção está, assim, no nosso horizonte. A prudência é o nosso método. Acreditamos na verdade e na transparência - e prosseguimos sem desfalescimentos no combate à ilegalidade, à fraude e evasões fiscais. Os tempos demonstrarão quem coloca o interesse nacional acima dos interesses imediatos ou conjunturais. E se somos os primeiros a reconhecer os erros próprios, querendo rectificá-los, com muita determinação e trabalho - estamos obrigados a ser fieis aos nossos princípios e valores, de um Governo de liberdade e coesão social, de rigor e solidariedade, de emprego e desenvolvimento. O desafio sereno é da responsabilidade. O nosso compromisso é o da permanente atenção à realidade e o da disponibilidade para reforçar a legitimidade da Lei do Orçamento e o seu impulso reformador.

PERSPECTIVA

Jorge Coelho

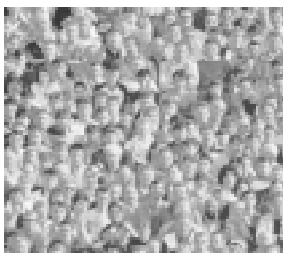


NO BOM CAMINHO

**P**ortugal está a conseguir atenuar os efeitos negativos da má situação económica internacional e dá provas de manter um crescimento económico significativo. Na verdade, poucas potências económicas mundiais conseguem atingir os resultados alcançados pelos portugueses.

Assegurar o emprego

Na semana passada, a Agência Reuters noticiou que, nos últimos meses, várias empresas de grande dimensão em todo o mundo despediram mais de 650 mil pessoas. A preocupação é ainda maior porque, todos os dias, mais empresas salientam as dificuldades económicas que atravessam e a necessidade de efectuarem despedimentos. Muitos milhares de pessoas, em todo o mundo, ficaram sem emprego e privadas de alguma qualidade de vida que tinham alcançado. Esta foi uma experiência vivida por muitos portugueses entre 1992 e 1994. Na altura, perante uma crise internacional e uma política interna marcadamente economicista, milhares de famílias ficaram sem rendimentos



e a viver uma situação muito difícil. Hoje, a crise económica internacional é mais grave do que a que ocorreu entre 1992 e 1994. No entanto, não só mantemos o crescimento económico, como temos uma taxa de desemprego muito reduzida. Desde 1995 foram criados 700 mil postos de trabalho em Portugal e alcançámos uma das mais baixas taxas de desemprego de sempre. Contrariamente à experiência do passado, as medidas políticas que foram tomadas nos

últimos anos, aliadas ao reforço da qualidade das empresas, permitiram atenuar os efeitos negativos de uma conjuntura internacional muito adversa e evitar a repetição de tempos de fome, falências e contestação social.

O Governo vai prosseguir com essas medidas

Por um lado, no Orçamento do próximo ano, o investimento público vai aumentar criando mais competitividade, mais riqueza, mais emprego, servindo de alavanca ao crescimento económico. Por outro lado, o Estado vai cortar a sério nos seus gastos, libertando, assim, meios para o desenvolvimento económico.

Confirmam-se previsões de crescimento económico

Na última terça-feira o Instituto Nacional de Estatística publicou as primeiras estimativas das Contas Nacionais para o 2º trimestre deste ano e provocou um enorme silêncio nos costumeiros profetas da desgraça. Aos que diziam que o País estava a viver uma

grave crise económica e que o Governo não sabia fazer contas, afinal, são eles que revelam um total desconhecimento (ou seria apenas a expressão do desejo que os portugueses estivessem a viver tempos muito difíceis para tirarem dividendos partidários?). Segundo o INE, o PIB cresceu 2,5 por cento em termos homólogos no 2º trimestre do corrente ano, o que constitui uma aceleração no crescimento face à estimativa do trimestre anterior (2,2 por cento em termos homólogos). Em comparação com os países da Zona Euro, o crescimento da economia portuguesa, no segundo trimestre, está acima da média, pois situou-se nos 2,5 por cento, enquanto a média da Zona Euro, naquele período, ficou nos 1,7 por cento. O investimento dinamizou-se e, muito em particular, o sector da construção. As exportações melhoraram e as importações de bens e serviços diminuíram um pouco. Estas são as contas dos portugueses. Contra factos não há argumentos. Soubemos resistir às dificuldades e estamos a manter uma taxa de crescimento que é muito superior a alguns países economicamente mais desenvolvidos.

AUTÁRQUICAS

Edite Estrela

## A BRIGADA DA MANIPULAÇÃO



O «patrão dos patrões» tinha avisado com 15 dias de antecedência: é preciso despedir 150 mil funcionários públicos. Assim, sem mais nem menos. Como se colocar 150 mil pessoas (e as famílias?) no desemprego fosse o mesmo que eliminar a produção de 150 mil torneiras.

Feito o pré-marketing de «um programa fundamental para que o país funcione», a equipa do patronato veio explicar porque o país não funciona. Por causa dos políticos. Não necessariamente deste Governo ou daquele primeiro-ministro, mas porque temos maus políticos.

Estava feita a declaração oficial da abertura da caça ao político.

Por esses dias, anunciava eu a minha recandidatura à presidência da Câmara Municipal de Sintra. Fi-lo da maneira mais simples do mundo, aproveitando as naves de uma velha fábrica de Mem Martins fechada há 20 anos. Não fiz publicidade, nem mobilização especial, nem aluguei um único autocarro. Apareceu quem quis e como quis. Para surpresa de muitos, apareceram quatro mil pessoas.

Foi então que entrou em cena a «brigada da manipulação» capitaneada pelo director de um jornal. «Política pimba», escreveu ele.

«Pimba», em primeiro lugar, porque um secretário de Estado se atreveu a propor a clonagem do dr. Jorge Coelho. O facto de isso ser mentira, de ser pura e completa invenção do seu jornal, não interessa. Neste



tipo de política que parece ser jornalismo, a verdade é tão dispensável como os 150 mil trabalhadores da função pública.

«Pimba», ainda, por causa do «gigantismo faraónico» do recinto. O facto de se tratar de duas naves de betão - aliás num enorme recinto comprado pela Câmara Municipal de Sintra para evitar a construção de mais prédios no centro de Mem Martins - sem qualquer tipo de decoração (com excepção do palco para os discursos) e com os tijolos à mostra, é um pormenor sem importância. Os dois ecrãs de 2x3 metros transformaram-se, neste golpe de manipulação, em «ecrãs gigantes».

«Pimba» também porque, nas palavras de um deputado da oposição, «eram mais de quatro mil ministros, empreiteiros e ex-

ministros a deglutirem lagosta no festim de Edite Estrela». O facto de se tratar de uma simpática cataplana de tamboril e mariscos, servida por um restaurante familiar do bairro ao preço de 2700 escudos por pessoa, só serve para estragar a argumentação.

Quanto aos «quatro mil ministros, empreiteiros e ex-ministros» e à ideia de que foram os empreiteiros que pagaram a «op» para mariscada», na insinuação do tal director do diário, o facto de todos os presentes terem contribuído, como quiseram ou puderam, de forma transparente e à vista de todos, incluindo dos jornalistas, numa recolha de fundos feita por militantes da JS, é apenas mais um pormenor que apenas serviria para embaraçar a «brigada da manipulação».

E, já agora, com tantos jornalistas presentes, haverá por aí algum que tenha identificado os tais promotores imobiliários presentes em tão grande número? É que eu andei de mesa em mesa e, pelos vistos, não os reconheci.

Escrevia um dedicado político-comentador que era «um número incontável». «Incontável», claro está, para quem está em casa a escrever coisas inventadas e não tem a mínima ideia do que se passou. (Para se verificar como estas personagens se copiam umas às outras, todos estes manipuladores de opinião, sem excepção, chamaram «jantar» àquilo que foi um almoço...).

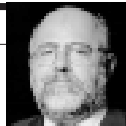
A todos eles, que voltaram agora com ataques idênticos aos de há quatro anos, vou responder como fiz então: vou trabalhar ainda mais, vou contactar ainda mais com as pessoas, vou estar mais envolvida na minha campanha. Os eleitores do meu concelho têm o direito de conhecer os factos, de saber o que se passa, de ultrapassar a «barreira de betão» - essa, sim! - que a «brigada da manipulação» quer erguer entre os seus designios e a verdade.

Numa dessas crónicas, alguém escreveu que, durante o almoço, iam passando imagens com «paisagens bucólicas a lembrar os tempos em que o concelho ainda não fora engolido pelo betão». A verdade é que as imagens que se viam são todas actuais, limitam-se a retratar o que existe. Será difícil encontrar uma frase tão claramente manipuladora. É de especialista.

In «Expresso», 03-11-2001

PERSPECTIVA

José Leitão



## HERÓIS DO MAR...

Não sou muito sensível a auto-proclamados heroísmos, mas respeito muito os que anónima e desinteressadamente se entregam a causas que os transcendem.

Recentemente tive oportunidade de ouvir Roque Rodrigues, velho combatente da Resistência timorense, actualmente vice-ministro da Educação, falar do ensino do português como forma de identidade nacional em Timor-Leste, da enorme necessidade de mais professores, mas também do grande apoio já dado por Portugal. Falou com respeito e admiração dos professores e professoras portuguesas que se encontram a ensinar português nos sítios mais recônditos. Há jovens professores, que, referiu, se encontram a ensinar português em zonas em que não há casas de banho, mas apenas latrinas.

Confesso que ao ouvi-lo senti subitamente que ainda faz sentido cantar no Hino Nacional os «Heróis do mar/nobre povo...».

Lembrei-me também dos elogios que ouvi no Mindelo, em Cabo Verde, aos jovens professores e professoras portuguesas espalhados pelas diferentes ilhas. Falaram-me, com admiração,

de uma professora, a única que foi enviada para a Brava, que tinha voltado de novo. Não esqueço que a presença destes professores e professoras se deve ao empenhamento do Guilherme d'Oliveira Martins, quando secretário de Estado da Administração Educativa em correspondência com as autoridades cabo-verdianas. Tive oportunidade de conhecer pessoalmente e falar brevemente com estes professores, mas de todos ouvi falar com respeito do trabalho que desenvolvem.

Quando habitualmente se fala, de forma retórica e inconsequente, do universalismo português num mundo que se tornou mais pequeno mas em que não devemos aceitar reduzir a nossa história para caber na história dos outros, como escreveu Boaventura de Sousa Santos, confesso que os meus heróis são estes jovens professores que em Timor-Leste, ou em Cabo Verde, com dedicação, generosidade e competência, ensinam português, e, nalguns casos, matemática. Eles já não se limitam a agir de acordo com os seus deveres profissionais. Dedicam-se, com paixão, a uma causa que os transcende.

REFLEXÃO

António Brotas



## PELO CONTROLO DOS CAPITALS

Um acto terrorista com a dimensão do de Nova Iorque resulta da conjugação do fanatismo religioso com a imensa facilidade que hoje existe para se conservarem e movimentarem capitais em segredo. Bin Laden está no Afeganistão, mas onde está a fortuna dele? Para além das acções materiais para o capturar, não será possível controlar, desde já, antes que passe para os seus sucessores, a sua imensa fortuna que se encontra espalhada de um modo quase imaterial por bancos de todo o mundo?

Os Estados Unidos e todos os que procuram evitar que o terrorismo se transforme no flagelo dominante deste século têm de encarar de frente este problema do controlo de capitais. Sem isso, se mantivermos a quase absoluta liberdade e segurança de que hoje gozamos os capitais provenientes da droga, do tráfico de armas e da corrupção, arriscamo-nos a que estes

capitais venham a ser as forças dominantes e secretas, o verdadeiro poder, do mundo de amanhã. A luta anti-terrorista significará então, simplesmente, controlos policiais cada vez mais apertados para os cidadãos comuns.

Há que seguir a pista das contas bancárias dos terroristas que participaram neste último acto e outros que se venham a verificar. Se os bancos invocarem um segredo impeditivo do prosseguimento das investigações (que pode servir para esconder a sua própria convicção, ou mesmo cumplicidade), há que promover, com urgência, à escala mundial, uma legislação de controlo aceite pela ONU, eficaz e altamente penalizadora para o que aceitarem pôr o sistema financeiro mundial ao serviço do terrorismo e de outros crimes.

Se isto for feito rapidamente, poderemos, talvez, não ter de nos empenhar tanto no combate «material» ao terrorismo.



**QUE SE PASSA**

**Mary Rodrigues**

**Dança em Abrantes**

A Companhia de Dança de Lisboa incluiu a cidade de Abrantes na rota das suas digressões. Hoje, pelas 22 horas, o Cine-Teatro São Pedro acolhe o espectáculo «Cabo da Boa Esperança».

**Pesca em Albufeira**

O Concurso Internacional de Mar do GDR de Olhos de Água acontece, no dia 11, à partir das 8 horas, na Praia da Rocha Baixinha. Até ao fim deste mês poderá visitar, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros, a exposição «Pintura Naïf e Não Só», de Elsebeth Bruel.

A mostra encontra-se aberta ao público diariamente (excepto domingos e feriados), das 10 e 30 à 17 horas.

**Concertos em Almodôvar**

A autarquia local organiza este mês a «Semana da Música». Assim, e no âmbito desta iniciativa cultural, assista às actuações do Duo Arcádia, pelas 21 horas do dia 11, e ao espectáculo «Per Suonare Ensemble», à mesma hora, mas no dia 14. Todos os concertos decorrerão no Cine-Teatro Municipal.

**Jazz em Coimbra**

A sede do CITAC será palco, a partir das 22 horas de hoje, da interpretação de obras de música intuitiva de Karlheinz Stockhausen, «Contra o Terrorismo Intelectual». No Teatro Académico de Gil Vicente, haverá uma «Festuna», pelas 21 e 45. O Jazz – Ciclo de Quartas prossegue esta semana com o Trio Carlos Barreto.

**Orientalidades na Guarda**

Hoje, a Câmara promove uma conferência sobre «O Oriente no Ocidente – Introdução ao Pensamento Oriental», por Fernando Carmo Marques, membro da Associação Zen International. Também hoje abre ao público, no Paço da Cultura, a exposição «Expedição ao Gasherbrum II (8036 metros) no Paquistão», do alpinista João Garcia, seguida de uma palestra, organizada pelo Clube de Montanhismo. Amanhã e no sábado, decorrerá a oficina intitulada «Estágio de Tai Chi Chuan», orientada por Fernando Casimirt Marques, dedicada a uma arte marcial tida como não agressiva e muito praticada na Europa.

**Dança em Lisboa**

Amanhã estreiam as películas «Enigma», de Michael Apted; «A Promessa», de Sean Penn; «A Pianista», de M. Haneke; e «O Beijo Mortal do Dragão», de Chris Nahon. No dia 10, às 18 horas, o pequeno auditório

do Centro Cultural de Belém acolhe um concerto comentado em torno da obra de António Pinho Vargas, com comentários do próprio compositor. De 13 a 30 de Novembro, este mesmo espaço do CCB e a sala de ensaio serão palcos, a partir 21 e 30, de um Ciclo de Solos de Dança, com Thomas Hauert, Brice Leroux, Xavier Le Roy e Eszter Salamon, bem com Sílvia Real, Sérgio Pelágio e Vincent Dunoyer.

**Ourivesaria no Montijo**

Está patente, a partir de amanhã e até ao dia 9 de Dezembro, no Museu Municipal, a exposição de ourivesaria dos alunos da Escola Secundária António Arroio, intitulada «As Formas do Fogo». No próximo domingo, dia 11, participe na iniciativa «O Cão na Cidade – Passeio Com o Seu Melhor Amigo». A concentração está marcada para as 9 e 30, no Doggy Clube. De seguida, na Casa do Ambiente, realiza-se uma sessão de sensibilização sobre o modo de utilização dos contentores próprios para limpeza dos dejectos caninos na via pública. Às 10 horas acontecerá o passeio pelo Parque Municipal e, uma hora mais tarde, poderá assistir à demonstração de obediência e agilidade no Doggy Clube.

**Teatro em Portimão**

O Projecto Teatral associação Cultural leva à cena, este fim-de-semana (dias 9 e 10), na Antiga Lota, pelas 21 e 30, a peça «Imaginação Morta Imaginem», com textos de Samuel Beckett, Philippe Lacoue-Labarthe e Rimbaud.

**Pinturas em Santo Tirso**

O Museu Municipal Abade Pedrosa está a ser palco de uma mostra de pintura de João Moniz. «Margens Plurais» é o título genérico da mostra que vai ficar patente ao público até ao dia 18.

**Literatura em Sesimbra**

Hoje e amanhã descubra, na Biblioteca Municipal, que «Não se Nasce Leitor». Trata-se de uma acção orientada pelo professor Rui Veloso que visa oferecer uma reflexão sobre o papel da literatura infantil e juvenil editada no nosso país.

**Variedade em Sintra**

O quarto aniversário da Casa da Juventude será assinalado hoje, amanhã e no sábado, com uma mão cheia de eventos culturais notáveis. Assim, hoje, a partir das 17 e 30, não perca a animação de rua preparada pela Associação Juvenil Rostos Cobertos. Amanhã, sexta-feira, dia 9, haverá uma representação teatral – «Plath» – pelo Utopia Teatro, a partir das 20 e 30. De seguida, pelas 22 horas, os Contrás darão um concerto. Finalmente, no dia 10, não perca a actuação dos grupos New Granny's Vision e Sintra Jazz Ensemble, às 21 e 30. A Biblioteca Municipal de Aqualva-Cacém tem patente, até dia 30, a mostra «Os Espaços do Crioulo», da autoria de Maria Isabel Tomás e produzida pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

**As Vozes Afluentes**  
de António Arnaut  
(co-fundador do PS e pai do Serviço Nacional de Saúde)

Apresentação: Teolinda Gersão  
Leitura de poemas: Carlos Carranca (voz) e Durval Moreirinhas (viola)

**8 de Novembro – 18h30**

Casa Municipal da Cultura  
**COIMBRA**

**SUGESTÃO**

**For Heaven's Sake**

Uma produção única em estreia mundial intitulada «For Heaven's Sake», do coreógrafo israelita Itzik Galili, apresenta-se em cada um dos espectáculos do Ballet Gulbenkian até sábado, dia 10, iniciando a temporada de 2001/02.

Trata-se de uma peça co-produzida pelo Ballet Gulbenkian, a Galili Dance e o Festival de Dança da Holanda, na sequência de um convite feito por esta última entidade.

Nesta coreografia, segundo a programação da Gulbenkian, Itzik Galili criou uma dança abstracta numa linguagem extremamente física e vigorosa, combinada com o simbolismo teatral.

Em secções distintas, 15 bailarinos alternam momentos de velocidade espectacular com outros de intimidade e tranquilidade teatral.

A coreografia de Galili, cuja música é da autoria do compositor holandês Jaap van Keulen, será acompanhada ao vivo por cinco músicos do Médio Oriente, que utilizarão instrumentos tradicionais árabes e outros electrónicos.

A dramaturgia é de Maaike Bleeker, o cenário e adereços de Ascon de Nijs, os figurinos de Nastasia Lansen e o desenho de luzes de Jacqueline Zwiggelaar e Otto Eggersglüss.

**POEMA DA SEMANA**

*Seleção de Carlos Carranca*

**Não posso adiar o amor para outro século**

Não posso adiar o amor para outro século  
Não posso  
Ainda que o grito sufoque na garganta  
Ainda que o ódio estale e crepite e arda  
Sob montanhas cinzentas  
E montanhas cinzentas

Não posso adiar este abraço  
Que é uma arma de dois gumes  
Amor e ódio

Não posso adiar  
Ainda que a morte pese séculos sobre  
as costas  
E a aurora indecisa demore  
Não posso adiar para outro século  
a minha vida

Nem o meu amor  
Nem o meu grito de liberdade

**António Ramos-Rosa**

In «Não posso adiar o coração»

VISTO DE BRUXELAS

Manuel dos Santos



## UMA EUROPA DE TODOS UMA EUROPA FORTE

**R**ecentemente no plenário do Parlamento Europeu considerei o relatório POOS, sobre a reforma do Conselho da União Europeia, bem elaborado e particularmente oportuno. Isto porque este relatório é, simultaneamente, audacioso, cauteloso e realista. Audacioso porque propõe, desde já, um conjunto de alterações para a melhoria do funcionamento do Conselho, cauteloso porque reconhece a viabilidade das alterações, sem necessidade de modificar os Tratados e realista porque reconhece que se torna necessário e indispensável melhorar também o funcionamento da Comissão e do próprio Parlamento. As propostas do relatório têm ainda em linha de conta a ideia de que as melhorias no funcionamento institucional da União, exigem adaptações significativas ao nível do equilíbrio de poder instalado, que não pondo em causa o funcionamento dos órgãos, assegure a plena participação de todos os Estados-membros. Este é aliás, a meu ver, o problema essencial. Os grandes objectivos para a União Europeia no plano económico, no plano social, no plano da segurança e no plano da representação externa só serão atingidos, a curto prazo, se a Europa em geral, através das respectivas opiniões públicas, e os quinze Estados-membros, através dos seus representantes, nos diversos órgãos,

assumirem a prioridade e imperatividade do reforço da coesão política numa base de participação tendencialmente igualitária. Associar as opiniões públicas a esta tarefa é a curto prazo, uma questão essencial para o reforço da cidadania e, no imediato, uma questão essencial de transparência e participação. Tenhamos consciência que a Europa é potencialmente um gigante económico mas, inequivocamente, ainda um anão político. A transformação desta realidade é absolutamente indispensável e é sobretudo a tarefa imediata e o desafio mais importante para as instituições europeias. A passividade, a indefinição, a divisão e a controvérsia entre os países, conduzindo à incapacidade da transformação, ajuda a manter o estado actual dando razão aos que vêm a União Europeia como um simples «Grupo de Mercadores» preocupado em dividir, nem sempre de forma equitativa e justa, os limitados recursos financeiros colocados à sua disposição. Reforçar as instituições, melhorar o seu funcionamento e a sua eficácia, elaborar e desenvolver políticas comunitárias nos planos da segurança e da representação externa é absolutamente indispensável, mas tem de ser uma realização de todos os quinze Estados-membros, sem exclusões e sem directórios. Neste quadro, as propostas do referido

relatório, sendo um primeiro passo, foram importantes, significativas e oportunas. Só que não basta legislar ou recomendar, ao nível do PE, para que as coisas passem a ser diferentes daquilo que parece serem os interesses inconfessados de alguns Estados-membros. A tentativa, na véspera da Cimeira de Gand, de relançar a ideia do directório ou da locomotiva europeia (Clube de um grupo limitado de países) foi um sinal de alerta. A Cimeira informal e fechada de Londres que pretendeu consolidar essa ideia redutora e anti-europeísta, já constituiu um verdadeiro desafio. Desafio, à coesão política da Europa. Desafio à letra e ao espírito dos Tratados. Desafio à solidariedade devida a todos os Estados e a todos os povos europeus. Desafio enfim, ao futuro da própria Europa. Por isso é indispensável reagir convicta e fortemente, utilizando, se tal for necessário todos os mecanismos políticos e legais disponíveis para evitar uma certa refundação da Europa feita a favor dos mais fortes e poderosos. O Governo português e o primeiro-ministro podem desempenhar nestas circunstâncias um papel decisivo e fundamental. É dever da opinião pública, dos partidos de oposição e dos restantes órgãos de soberania apoiá-los sem qualquer hesitação ou calculismo.

«O "patrão dos patrões" tinha avisado com 15 dias de antecedência: é preciso despedir 150 mil funcionários públicos. Assim, sem mais nem menos. Como se colocar 150 mil pessoas (e as famílias?...) no desemprego fosse o mesmo que eliminar a produção de 150 mil toneiras»

**Edite Estrela**  
Expresso, 3 de Novembro

«Os eleitores têm o direito de conhecer os factos, de ultrapassar a manipulação»

**Idem, ibidem**

«Acreditamos na verdade e na transparência – e prosseguiremos sem desfalecimentos no combate à ilegalidade, à fraude e evasão fiscais. Os tempos demonstrarão quem coloca o interesse nacional acima dos interesses imediatos ou conjunturais»

**Guilherme d'Oliveira Martins**  
Diário de Notícias, 3 de Novembro

«Urge possuímos um sistema fiscal mais justo e eficiente – sobretudo em vésperas de debates tão importantes sobre a tributação do património e do automóvel e perante a exigência do aumento da base fiscal e da estabilização, simplicidade e clareza dos nossos impostos»

**Idem, ibidem**

«Ineficiências do sistema de saúde penalizam os mais pobres e os menos instruídos»

**Jorge Sampaio**  
Diário de Notícias, 6 de Novembro

«Não me parece que a complexidade dos problemas das escolas se resolva pelo esforço isolado dos docentes»

**Idem, ibidem**



Quero ser assinante do Partido Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		€ / \$00

Por favor remeter este cupão para:  
Partido Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	2,49 € / 500\$	3,99 € / 800\$
Regiões Autónomas	3,49 € / 700\$	5,99 € / 1.200\$
Macau	6,48 € / 1.300\$	11,97 € / 2.400\$
Europa	7,48 € / 1.500\$	14,47 € / 2.900\$
Resto do Mundo	11,47 € / 2.300\$	21,95 € / 4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		€ / \$00

Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	8,23 € / 1.650\$	16,21 € / 3.250\$
Regiões Autónomas	11,97 € / 2.400\$	22,94 € / 4.600\$
Macau	22,94 € / 4.600\$	45,39 € / 9.100\$
Europa	27,43 € / 5.500\$	53,87 € / 10.800\$
Resto do Mundo	42,40 € / 8.500\$	82,80 € / 16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Ação Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**António José Seguro**  
Director-adjunto  
**José Manuel Viegas**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA  
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa  
**Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

